



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica**

ANA PAULA JORGE PEREIRA

**A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA NA PESSOA COM
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Uma reflexão a partir da Unidade Letiva “Dignidade da
Vida Humana” do 9.º ano do Ensino Básico do programa de
Educação Moral e Religiosa Católica

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof.ª Doutora Isabel Varanda**

**Braga
2017**

Um agradecimento muito especial a todos os que comigo partilharam este caminho: à Prof.^a doutora Isabel Varanda, orientadora científica da Prática de Ensino Supervisionada; à Dr.^a Isabel Baptista, professora cooperante da Prática de Ensino Supervisionada; aos alunos do 9.º D e E do Agrupamento de Escolas Tomaz Ribeiro de Tondela; ao Didácio Frei e ao Joel Valente, estimados amigos e colegas do núcleo de estágio de Tondela; a todos os colegas do núcleo de estágio de Braga. E, finalmente, ao Secretariado Diocesano de Educação Cristã de Viseu.

Dedico este trabalho:

Às minhas filhas, Mariana e Mafalda, ao meu pai (que está no céu), à minha mãe, à minha irmã, aos meus sobrinhos, ao meu cunhado e demais familiares; aos meus amigos; aos meus alunos e colegas do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, em Viseu e do

Agrupamento de Escolas de Mangualde.

A todos, muito obrigada!

“Não pode haver paz verdadeira sem respeito pela vida.”

João Paulo II

*“No reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade.
Quando uma coisa tem preço, pode pôr-se, em vez dela,
qualquer outra coisa como equivalente;
mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto,
não permite equivalente, então ela tem dignidade.”*

Immanuel Kant

“O que mais preocupa não é o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons.”

Martin Luther King

ÍNDICE

RESUMO.....	6
PALAVRAS-CHAVE.....	6
ABSTRACT.....	7
KEYWORDS.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA É INALIENÁVEL.....	11
1. Dignidade: conceito e caracterização.....	11
2. Pessoa: conceito e caracterização.....	15
3. Enquadramento histórico da dignidade da vida humana.....	17
4. A dignidade da vida humana na sociedade atual.....	20
5. O que condiciona a dignidade da vida humana?.....	23
6. A dignidade da vida humana nas catequeses de João Paulo II.....	25
Síntese.....	27
CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DE FORMAR AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O RECONHECIMENTO DO DOM DA DIGNIDADE DA VIDA HUMANA.....	30
1. A Educação Moral e Religiosa Católica como contributo para um crescimento em humanidade e responsabilidade.....	30
2. A abordagem do reconhecimento da dignidade da vida humana, no contexto inclusivo das Necessidades Educativas Especiais.....	34
2.1. Enquadramento histórico e legal das Necessidades Educativas Especiais, no contexto nacional.....	39
2.2. Fragilidade, limitação e vulnerabilidade.....	42
2.3. O cuidar e o respeito pela diferença.....	46
Síntese.....	48
CAPÍTULO III - PROPOSTA PEDAGÓGICA E DIDÁTICA PARA A LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA “A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA”.....	49
1. Contextualização programática da Unidade Letiva.....	49
2. Descrição contextualizada da turma (9.º D e E).....	50

3. Planificação e descrição das aulas.....	52
4. Avaliação da prática letiva.....	77
Síntese.....	83
CONCLUSÃO.....	84
SIGLÁRIO.....	87
BIBLIOGRAFIA.....	88
ANEXOS.....	93

RESUMO

Num despertar para a dignificação da pessoa que vive balizada pelos condicionalismos pessoais, sociais, tecnológicos, científicos e religiosos, memoramos a urgência de educar para dignidade da vida humana que é inalienável desde o nascer e ao ocaso.

A dignidade da vida humana é um valor inerente à pessoa. O fenómeno da globalização, associado a uma nova forma de vivenciar os valores, representa um desafio para a sociedade e a educação, mormente a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, contributo para uma educação direcionada para os direitos humanos, fundados na perspetiva da Igreja Católica.

A educação, pela inclusão da pessoa com vulnerabilidade, suplanta-se com uma cultura da vida, alicerçada no respeito pela diferença, acolhida com proximidade, afeto e responsabilização de todos, dignificando a pessoa, no contexto das Necessidades Educativas Especiais.

PALAVRAS-CHAVE:

Dignidade, Educação, Vulnerabilidades.

ABSTRACT

In the awakening of the way for the dignity of the human person, who lives threatened by personal, social, technological, scientific and religious conditionalisms, we affirm vehemently the urgency to educate for the dignity of human life which is inalienable from birth to its fall.

The dignity of human life is an inherent value to the person. The wave of globalization, associated to a new way of living out values, represents a real challenge to society and to the process of education, more specifically to the subject of Moral and Religious Catholic Education, as a help for an education aimed at the human rights, rooted upon the perspective of the Catholic Church.

Education, for the vulnerable person, is achieved by a life culture rooted in the respect for the difference, embraced with proximity, affection and responsibility of all, dignifying the person, in the context of Special Education Needs.

KEYWORDS:

Dignity, Education, Weaknesses.

INTRODUÇÃO

O princípio da dignidade da vida humana é um tema complexo de refletir, pois, ao longo dos tempos, vão surgindo questões que permitem questionar, desenvolver, e alterar este conceito. É uma reflexão que foi amadurecendo à medida que os seres humanos foram sendo confrontados com constantes atentados e atrocidades que colocam em causa a dignidade humana.

Hoje, a contemporaneidade traz consigo problemas sociais que nos invadem constantemente e que, por isso, merecem uma atenção especial. Problemas esses que nos aterrorizam e para os quais nos sentimos frágeis e impotentes. Problemas de desprezo, de indiferença perante os mais carenciados, perante as pessoas com necessidades especiais, perante os idosos e os doentes terminais, incitamento à violência, à solidão, à humilhação pública, ao medo e ao terrorismo. É urgente encontrar sinais de esperança para um caminho mais justo e digno, despertando os jovens (e todos aqueles que baixaram os braços) para o valor da vida.

Partindo deste ponto, torna-se pertinente elaborar uma reflexão científica, teológica, pedagógica e didática da Unidade Letiva 1 do nono ano de escolaridade “Dignidade da vida humana”. Esta abordagem é consubstanciada na Prática de Ensino Supervisionada, realizada no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, especialização em ensino de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), resultante da experiência letiva numa turma do nono ano de escolaridade, no Agrupamento de Escolas Tomaz Ribeiro de Tondela.

A Prática de Ensino Supervisionada (PES) é constituída por duas partes distintas: a primeira consiste numa prática de ensino supervisionada pelo docente coordenador, da Faculdade de Teologia, contando também com a colaboração dos docentes das escolas cooperantes; a segunda parte é constituída pela realização individual de um relatório final da prática de ensino supervisionada, que deverá conter toda a fundamentação teórica apreendida, no decurso das aulas nas mais diversas áreas: ciências da educação, filosofia e teologia.

Neste sentido, o presente relatório pretende dar um contributo para a importância do valor da vida, subjacente à Unidade Letiva 1 do nono ano de escolaridade, do programa de EMRC “Dignidade da vida humana”. Pretende-se fazer uma reflexão sobre a dignidade da vida humana, à luz do pensamento cristão. Na base desta reflexão estão os seguintes objetivos: refletir sobre a atual crise de identidade e de valores, resultante do fenómeno da secularização;

conhecer a perspectiva da Igreja Católica sobre a inviolabilidade da vida humana; demonstrar o papel da educação como contributo essencial para a formação do ser humano; contextualizar e compreender a disciplina de EMRC no contexto escolar e a sua contribuição para uma educação direcionada para os direitos humanos, a inclusão social e o respeito pelos grupos considerados minoritários.

No que diz respeito ao percurso metodológico, recaiu essencialmente no método analítico-reflexivo, que passou pela pesquisa, estudo e análise de bibliografia referente à temática em questão. Relativamente à metodologia de referência bibliográfica, utilizámos a Norma Chicago 16ª edição.

No sentido de atingir os objetivos propostos, e partindo do referencial bibliográfico estipulado, o presente relatório apresenta-se organizado em três capítulos principais:

No primeiro capítulo, “A dignidade da vida humana é inalienável”, considera-se pertinente analisar as definições de Dignidade e de Pessoa. Realiza-se depois um enquadramento histórico da dignidade da vida humana e, em seguida, reflete-se sobre a dignidade da vida humana na sociedade atual. Posteriormente, debruçamo-nos sobre os condicionalismos da vida humana e, finalmente, referimo-nos às catequeses de João Paulo II sobre a dignidade da vida humana.

No segundo capítulo, “A importância de formar as crianças e os jovens para o reconhecimento do dom da dignidade da vida humana”, propomos uma reflexão sobre a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica como contributo para um crescimento em humanidade e responsabilidade. De seguida, fez-se uma abordagem do reconhecimento da dignidade da vida humana, no contexto das Necessidades Educativas Especiais, mormente sobre: a legislação das Necessidades Educativas Especiais nas escolas; o tratamento desta temática no âmbito da fragilidade, limitação e vulnerabilidade e ainda o cuidado e o respeito pela diferença.

No terceiro capítulo, “Proposta pedagógica e didática para a lecionação da Unidade Letiva: Dignidade da vida humana” centrámos o enfoque no contexto da lecionação da PES. Nela, abordámos a importância e o papel da educação na sociedade e de que forma a educação para a cidadania e os direitos humanos se concretiza na disciplina de EMRC. Dar-se-á também a conhecer os conteúdos programáticos da Unidade Letiva em estudo, a descrição contextualizada da turma de intervenção, a planificação da Unidade Letiva e a avaliação da prática letiva.

O itinerário pedagógico que apresentamos reflete, necessariamente, as experiências pedagógicas resultantes da prática letiva que efetuámos com os alunos do nono ano de escolaridade. É uma articulação entre as teorias que servem de suporte teórico da nossa reflexão e a prática resultante do trabalho com os alunos.

O relatório culmina com a apresentação da bibliografia, balizada: pela Bíblia, pelos documentos do Magistério da Igreja, pelos documentos da Conferência Episcopal Portuguesa, pela bibliografia complementar e pela legislação.

CAPÍTULO I – A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA É INALIENÁVEL

A dignidade da pessoa humana habita na construção do ser enquanto *hav.váh* e *adamá*, pertencentes a um projeto de humanidade, desde os primórdios dos tempos. Esta pessoa ao ser chamada autora de si, numa relação com e através dos outros, naquilo que recebeu e dá de si, inscrito desde o alfa da vida como criatura de Deus, determina o que realiza com liberdade refletida.

Esta matéria informe, de barro, mas também frágil, envolvida em água e “amassada” nas “mãos do oleiro” torna-se matéria-prima que se vai revelando desde o “ventre de sua mãe”, num desabrochar de talentos que otimizam a casa comum, respeitando o outro e a vida humana, porque ama e é amada e assim se torna inalienável.

Com este capítulo, pretendemos dar um contributo para abarcar o meio em que vivemos, subjacente à reflexão de conhecer para o agir.

A revisão da literatura apresenta-se como uma tarefa imprescindível para a elaboração do trabalho científico. Ao efetuarmos uma investigação devemos ter sempre em linha de consideração a necessidade deste enquadramento para a qualidade do projeto e da pesquisa. De seguida, devemos definir um quadro teórico que nos permita destacar os aspetos mais pertinentes de modo a alcançar um estudo abrangente e simultaneamente esclarecedor. A pesquisa documental assume-se como a passagem de testemunho, dos que investigaram antes, no mesmo terreno, para as nossas mãos. A pesquisa bibliográfica e a análise documental permitem uma melhor compreensão do fenómeno em estudo que pretendemos, possibilitando a sua definição concetual, abrindo horizontes de conhecimento.

Alicerçadas nas catequeses de João Paulo II, focamos a nossa atenção no tema *Dignidade da Vida Humana é Inalienável*, no qual pretendemos patentear os conceitos de *Dignidade* e de *Pessoa*, o enquadramento histórico da *dignidade da vida humana* balizado até aos nossos dias e os condicionalismos à dignificação da vida humana.

1. Dignidade: conceito e caracterização

Dignidade é um tema que tem prendido a atenção de muitos estudiosos, sendo, por isso, discutido nas mais diversas áreas. A ideia que prevalece e interiorizada pela maioria é a de que a pessoa humana é um ser com dignidade que deve ser respeitada. O mais difícil é firmar e fundamentar um conceito do princípio de dignidade humana, devido à multiplicidade de questões que este termo encerra e por estar em constante formação, desenvolvimento e recriação.

No entanto, não entrando em grandes discussões, tentar-se-á aprofundar este conceito de forma clara e assertiva.

A ideia geral e que está assimilada, pela maioria dos estudiosos, é a de que a dignidade é um valor primordial da pessoa humana, intrínseco, inalienável e insubstituível que lhe confere autonomia, vontade e liberdade, o que a faz titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e pela Sociedade. Reconhecer a dignidade da pessoa significa aceitar o que há de igual em todo o ser humano, condição que lhe dá valor em si mesmo. Esta dimensão ontológica é um predicado comum e singular a todos os seres humanos "... graças ao acto de ser, dotado de intensidade única, que a pessoa possui uma dignidade constitutiva"¹, um valor próprio que a identifica.

Neste sentido, a dignidade não é exclusiva de cada pessoa, é uma qualidade inata a todos os seres humanos, por isso, indissociável, irrenunciável, inalienável e inatingível. Este é um dos princípios mais importantes da condição humana, pois significa o reconhecimento e valor dado à pessoa, simplesmente, por ser quem é. A dignidade é a qualidade que define a essência da pessoa humana, ou seja, é a dignidade que confirma a condição humana ao ser humano, uma vez que cada homem e mulher trazem consigo a forma inteira da humanidade.

Para clarificar melhor o conceito, refiro a autora Benevides, que destaca que o conceito de dignidade pode ser explicado mediante quatro características que são únicas e exclusivas do ser humano: vontade, consciência, memória e ser moral e político.² A mesma explícita que o ser humano é um ser dotado de vontade, capaz de agir livremente e de controlar os seus instintos e desejos, orientando a sua ação para valores como o bem, a justiça e a virtude. A consciência implica ter a noção da sua subjetividade e da sua própria história, vivendo e manifestando qualidades como o amor, a razão e a criação estética. A memória revela-se essencial para que possa operar transformações relativamente ao passado, projetando o futuro.

¹ Roberto Adorno, "Es gracias a su acto de ser, dotado de una intensidad unica, que ella poseen una dignidad constitutiva." In *Bioetica y dignidad de la persona*, (Madrid: Editorial Tecnos, 1998), 56, in <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/37739/1/Doc.%201%20-%20Dignidade%20da%20Pessoa%20no%20Fim%20da%20Vida%20-%20Boletim%20do%20HSM%20-%202002.pdf>, acedido em 10 de fevereiro de 2017.

² Maria Victoria Benevides, *Educação em Direitos Humanos: de que se trata?*, 2000.

É um ser moral e político, porque constrói as suas decisões, escolhas e condutas, que são resultado da sua existência.

O Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida resume, num documento de trabalho do ano de 1999, o conceito de dignidade:

“O termo Dignidade Humana é o reconhecimento de um valor. É um princípio moral baseado na finalidade do ser humano e não na sua utilização como um meio. Isso quer dizer que a Dignidade Humana estaria baseada na própria natureza da espécie humana a qual inclui, normalmente, manifestações de racionalidade, de liberdade e de finalidade em si, que fazem do ser humano um ente em permanente desenvolvimento na procura da realização de si próprio. Esse projeto de auto-realização exige, da parte de outros, reconhecimento, respeito, liberdade de ação e não instrumentalização da pessoa. Essa auto-realização pessoal, que seria o objeto e a razão da dignidade, só é possível através da solidariedade ontológica com todos os membros da nossa espécie. Tudo o que somos é devido a outros que se debruçaram sobre nós e nos transmitiram uma língua, uma cultura, uma série de tradições e princípios. Uma vez que fomos constituídos por esta solidariedade ontológica da raça humana e estamos inevitavelmente mergulhados nela, realizamo-nos a nós próprios através da relação e ajuda ao outro. Não respeitáramos a dignidade dos outros se não a respeitássemos no outro”³.

Com base nesta definição, todos os seres humanos devem ser tratados de igual forma, sem qualquer tipo de discriminação e devem existir mecanismos que mantenham, garantam e honrem a defesa da dignidade.

Nesta linha de pensamento é pertinente mencionar as palavras do Papa Francisco aquando do discurso proferido a 25 de novembro de 2014, dirigido aos deputados no Parlamento Europeu, no qual recorda que ao longo dos tempos tem existido uma “inegável centralidade da promoção da dignidade humana contra as múltiplas violências e discriminações”⁴. A Congregação Para a Doutrina da Fé confirmou que há “um real progresso na compreensão e no reconhecimento do valor e da dignidade de cada pessoa”⁵.

Um dos contributos mais assinaláveis no esclarecimento deste conceito reporta-se a Immanuel Kant. Na sua perspetiva, a dignidade não tem preço, não pode ser trocada por nada, unicamente, porque não tem equivalência " No reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se, em vez dela, qualquer outra coisa

³ Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida, *Documento de Trabalho sobre a Dignidade da Vida*, in http://www.cneecv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_P026_DignidadeHumana.pdf, acessado em 10 de fevereiro de 2017.

⁴ Francisco, *Entre a dignidade ...*, art. cit., 10-11.

⁵ Congregação para a Doutrina da Fé, Instrução *Dignitas Personae* (8 de Setembro de 2008) in AAS 100 (2008), n.º36.

como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então ela tem dignidade.”⁶

Para alguns autores, “a dignidade do homem é um valor singular que pode ser reconhecido facilmente. Podemos descobri-lo em nós e vê-lo nos outros. Mas não podemos outorgá-lo ou retirá-lo de alguém. É algo que nos é dado. É anterior à nossa vontade e exige de nós uma atitude compatível, adequada: reconhecê-lo e aceitá-lo como um valor supremo (atitude de respeito), ou ignorá-lo ou repudiá-lo, deixando de lado o outro, os outros.”⁷ A dignidade tem por base, portanto, um “(...) respeito incondicional e absoluto. Um respeito que, como já foi dito, deve-se estender a todos os que o possuem: a todos os seres humanos. Por isso, mesmo que toda a sociedade decidisse por consenso deixar de respeitar a dignidade humana, esta continuaria a ser um valor presente em cada cidadão. Mesmo quando alguns foram relegados a um tratamento indigno, perseguidos, trancados em campos de concentração ou eliminados, o desprezo não mudou em nada o seu valor incomensurável como seres humanos.”⁸

Saliente-se assim que, uma coisa é a dignidade ontológica, outra coisa é a dignidade moral ou ética. Esta dualidade é salientada pelo Papa Francisco ainda no discurso do Parlamento Europeu referindo que “há hoje a tendência para uma reivindicação crescente de direitos individuais, que esconde uma conceção de pessoa humana separada de todo o contexto social e antropológico”⁹. O principal desacerto está em afirmar “os direitos do indivíduo sem ter em conta que cada ser humano tem um contexto social, onde os seus direitos e deveres estão ligados aos dos outros e ao bem comum da própria sociedade”¹⁰. O Papa Francisco faz-nos refletir na capacidade do indivíduo, de desvalorizar, o facto de viver em sociedade, não respeitando a dignidade do outro. A dignidade pessoal acarreta reconhecimento e respeito mútuos, que permitem a edificação de um verdadeiro sistema de direitos humanos.

Mas, é também indispensável que o ser humano oriente a sua vida, segundo uma dignidade moral, que implica uma conduta justa e verdadeira perante a sociedade. Esta

⁶ Immanuel Kant, *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Edições 70, p. 77, citado por Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) in http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_P026_DignidadeHumana.pdf, acessado em 10 de fevereiro de 2017.

⁷ Jorge Mario Bergoglio, A. Skorka e M. Figueiroa, “A Dignidade”, in (Coleção Diálogos de fé, Saraiva Editores, 2014).

⁸ *Ibidem*.

⁹ Francisco, Entre a dignidade..., art., cit., 10-11.

¹⁰ *Ibidem*.

dimensão da dignidade está dependente do juízo moral de cada pessoa, logo, é relativa e distinta, por oposição à ontológica que é única.

Face ao exposto, inferimos que o conceito de dignidade tem uma dupla dimensão: ontológica e ética, sendo que a primeira refere-se ao “ser” da pessoa e a segunda ao seu “fazer”, e que é um conceito fundamental na medida em que está ligado à isonomia de todos os seres humanos e é o garante da sua identidade pessoal.

2. Pessoa: conceito e caracterização

Pessoa é mais do que indivíduo, mas inclui-o. O indivíduo é “considerado por si mesmo; ser humano homem ou mulher”¹¹, ou seja, “ser pertencente à espécie humana. O ser humano considerado isoladamente na coletividade, na comunidade de que faz parte; cidadão. Homem anónimo indeterminado”¹². Cidadão é o “indivíduo que como membro de um estado, usufrui de direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos”¹³. Mas, como *pessoa*, este indivíduo tem “caráter particular ou original que distingue alguém”¹⁴, até porque caráter significa “o que grava, sinal gravado, marca, traço particular do rosto, natureza particular de alguém, marca de estilo”¹⁵.

Houaiss refere que na “filosofia moderna geral, e em algumas escolas do pensamento contemporâneo, cada ser humano é considerado como uma individualidade espiritual e dotada de atributos como racionalidade, consciência de si, domínio da linguagem, valor moral e capacidade para agir”¹⁶.

Ao salientar que, por definição, a *pessoa* é o que se não repete¹⁷, o personalismo realça o caráter de singularidade e irredutibilidade da pessoa humana. A própria tradição cristã havia-o formulado, teve a audácia de conceber a premissa, contudo, para a filosofia existencialista, a

¹¹ Houaiss, Dicionário da Língua Portuguesa, Tomo III, 2001, 2851.

¹² *Ibidem.*, 926.

¹³ *Ibidem.*, 926.

¹⁴ *Ibidem.*, Tomo III, 2851.

¹⁵ *Ibidem.*, Tomo I, 798.

¹⁶ *Ibidem.*, Tomo III, 2851.

¹⁷ Emmanuel Mounier, *O personalismo*, (Lisboa: Ed. Textos & Grafia, 2010), 65.

pessoa não é somente autoconsciência, mas um conjunto de atos que a exteriorizam e que se fundam na sua própria estrutura ontológica.

É, nesta singularidade que está o ponto fulcral da reflexão acerca da *pessoa*. Para o personalismo, na diferença e na capacidade de cada pessoa se singularizar, afirma-se o seu valor fulcral. Como ser único, original, irrepetível e insubstituível, nada no seu ser pessoa pode ser realizado por outrem e, por isso, toda o esforço de uniformização é, por si só, uma negação da pessoa. Não se trata, todavia, de uma singularidade que afasta o ser humano da existência, que o endeusa ou que o isola, mas que o envolve e responsabiliza nessa mesma existência, transformando a condição humana de um conjunto de singularidades para uma comunhão de seres individuais. Para tal, “se a pessoa se realiza ao perseguir valores situados no infinito, ela é, de facto, chamada ao excepcional no próprio seio da vida quotidiana,”¹⁸ ou seja, cabe a cada pessoa viver a sua vida comum de uma forma verdadeiramente excecional. Este chamamento a viver de forma única a realidade quotidiana é um apelo universal, porque todo o ser humano é convocado a assinalar a diferença, mesmo que nem todos se singularizem de forma compreensível no meio da multidão. Porém, na tensão entre a singularidade e a alteridade, a existência impele à interrogação e ao questionamento. Existir é uma condição para realizar atos singulares e concomitantemente criadores de novas realidades, atos que cada um realiza à sua maneira.

Do dinamismo inscrito nessa existência pessoal brota aquilo que se denomina de busca contínua de si e, da qual deriva a vocação humana, indicando o “sentido pleno para o cristão que acredita no chamamento envolvente de uma Pessoa.”¹⁹ Este é um aspeto, no qual reside uma especial grandeza, “que lhe faculta a dignidade de um universo”²⁰, alicerçado na humildade de um universo e na gratuidade que faz de cada pessoa um dom e nunca um instrumento.

Como dom²¹, a pessoa é uma realidade produzida a partir de dentro e, como tal, tem do seu corpo um sentimento particular. Não é um objeto, nem um aglomerado de experiências,

¹⁸ *Ibidem*, 66.

¹⁹ *Ibidem*, 60.

²⁰ *Ibidem*, 61.

²¹ Especialmente na caminhada quaresmal, tem-se oportunidade de conhecer e aceitar os dons de Deus, a água viva que se recebe do Senhor. Junto ao Poço de Jacó, o Senhor conversa com cada um de nós. Fala-nos dos dons de Deus. Não basta conhecê-los e aprendê-los. É necessário colocá-los a render, para que a água viva que eles são jorre para a vida eterna.

. O dom da vida – existir é a primeira das graças que se recebem de Deus. Ninguém é autor da sua própria vida. Ela é oferecida por Deus, a partir do amor dos nossos pais.

mas uma presença e uma fonte vivificadora, consciente da sua individualidade, diversidade e autenticidade.

A compreensão da própria dignidade ontológica exige “Tratá-lo como um sujeito, como um ser presente, é reconhecer que não posso defini-lo, classificá-lo, que ele é inesgotável, cheio de esperanças, e que é o único a dispor destas esperanças: é dar-lhe crédito.”²²

3. Enquadramento histórico da dignidade da vida humana

O conceito de dignidade humana é hoje um dos mais divulgados propalados no mundo. A sua evolução é fruto de um desenvolvimento conjunto com o ser humano, verificando-se uma gradual sensibilidade e exigência na proteção da dignidade da vida humana. Trata-se de um valor universal, uma vez que em todas as sociedades existem valores humanos implícitos

. O dom da fé – acreditar em Jesus Cristo Ressuscitado é uma mais-valia no nosso caminho humano. Nascermos num ambiente cristão onde a Pessoa de Jesus é, para grande número, uma referência constante. Acreditamos n’Ele.

. O dom do outro – amar de maneira universal todos os que se cruzam no nosso caminho e privilegiar os mais pobres é fonte de uma alegria ímpar, porque, fazendo o outro feliz, se é feliz também.

. O dom da comunidade – construir a Igreja através das relações humanas, marcadas pela referência a Jesus e pela procura da felicidade num caminho cristão, é desafio constante. Só assim seremos um só coração e uma só alma, como nas primeiras comunidades cristãs.

. O dom da Palavra – escutar o que o Senhor tem para nos dizer e pô-lo em prática, é um apelo insistente de Jesus em quem acreditamos e que procuramos servir. Não podemos esquecer que a Deus falamos quando rezamos, mas a Deus escutamos quando lemos a sua Palavra.

. O dom dos Sacramentos – celebrar os sinais que exprimem a fé e a fortalecem é atitude permanente de união com Cristo e com a Igreja em todas as situações da vida. O grande Sacramento é Cristo, Ele está sempre connosco em qualquer idade.

Mas há muitos outros dons de Deus na nossa vida: a família, a vocação profissional, a roda de amigos, os acontecimentos, os mais diversos, a alegria no sucesso e a serenidade no sofrimento. Tudo são dons de Deus a agradecer e a valorizar constantemente. Todos estes dons enriquecem o ser cristão. “Se conhecesses os dons de Deus, certamente pedirias ao Senhor a água viva que jorra para a vida eterna” - com razão, diz Jesus à Samaritana. <http://www.igrejacampogrande.pt/blog/se-tu-conhecesses-o-dom-de-deus-jo4-19-de-marco-de-2017/>, acedido em 27 de Abril de 2017.

²² Mounier, *O personalismo*, 42-43.

ao ser humano, por isso, podemos dizer que apesar das épocas, das culturas e das sociedades o valor da dignidade esteve sempre presente.

Os primeiros pensamentos sobre a dignidade humana remontam à Antiguidade Clássica, no entanto, é após o surgimento do Cristianismo que este valor conquista uma significação e transformação maior, passando por incontáveis alterações até aos nossos dias.

Não existia, na Antiguidade Clássica, um conceito propriamente dito de dignidade da vida humana. O ser humano era um ser unicamente social que vivia para a política, sendo, por isso, enredado com o próprio Estado. O pensamento dominante na sociedade ocidental era o de que todo o conhecimento se apoiava numa visão cosmológica do mundo, não havendo espaço para uma visão antropocêntrica do ser humano. Logo, todo o agir humano se encaminhava, segundo uma ordem cósmica. Neste momento histórico, não há uma preocupação específica em relação ao ser humano, ao seu valor, individualidade e dignidade.

O surgimento das sociedades modernas, especificamente o movimento do Iluminismo no século XVIII, viria a ser um momento determinante para que o ser humano passasse a olhar o mundo e o conhecimento a partir de um novo horizonte – o antropocentrismo. Estas ideias iluministas provocaram uma conceção fundada na ideia de que o ser humano possuía direitos inalienáveis, decorrentes da sua natureza humana e independentes do Estado.

Não se pode deixar de mencionar a determinante influência que o Cristianismo teve nesta mudança de mentalidades. Com o seu advento, nota-se uma valorização do ser humano que foi criado à imagem e semelhança de Deus, com valor em si mesmo, o que culminou na criação dos direitos “naturais” e “universais”. Esta capacidade intrínseca e exclusiva do ser humano foi o que o diferenciou dos outros seres e lhe concedeu dignidade humana, permitindo a construção de um sistema de valores humanos. Deus criou homem e mulher, assim “o homem que corresponde a Deus é um homem social, não cada indivíduo por si”²³.

Com base nesta conceção cristã, atuar contra a dignidade da criatura, é agir contra a vontade do próprio criador. A este propósito, é importante recorrer a um documento do Concílio Vaticano II, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que assegura que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, por isso, possui valor próprio. Deus une-se a cada ser humano através da encarnação do Seu filho Jesus Cristo e não existe nenhuma lei de

²³ Jürgen Moltmann, *La Dignidad humana*, (Salamanca: Ediciones Sígueme, 1979), 2.

natureza humana que possa “salvaguardar tão perfeitamente a dignidade da pessoa e a liberdade do homem como o Evangelho de Cristo, confiado à Igreja”²⁴. A Igreja entende que Deus está presente em cada ser humano e este só encontra uma “plena explicação de si no mistério de Cristo, Imagem perfeita de Deus, revelador de Deus ao homem e do homem a si mesmo”²⁵. Assim, o ser humano recebe de Deus a “dignidade extraordinária e inalienável”²⁶.

No entanto, a interferência do poder político no âmbito religioso traria distorções a esta concepção. Foi, neste sentido, que alguns pensadores como S. Tomás de Aquino, Pico de Mirandola, Francisco de Vitória e, nomeadamente, Immanuel Kant se aplicaram no estudo e desenvolvimento do princípio da dignidade humana.

Kant destaca-se com a obra *Crítica da Razão Prática* ao formular o imperativo categórico e as fórmulas da lei moral, contributo fundamental para a compreensão do conceito de dignidade, considerado como um valor intrínseco ao ser humano, um fim em si mesmo que não pode ser trocado ou alienado. “O homem – e, de uma maneira geral, todo o ser racional – existe como fim em si mesmo, e não apenas como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade.”²⁷ Kant, cita, ainda, que “o homem não é uma coisa; não é, pois, um objeto passível de ser utilizado como simples meio, mas, pelo contrário, deve ser considerado sempre e em todas as suas ações como fim em si mesmo.”²⁸ Portanto, para Kant a dignidade não tem preço, logo não é passível de ser substituída por algo semelhante, pois “a pessoa humana é, assim, dotada de dignidade porque insubstituível, não tem preço. Os demais seres irracionais, assim como todas as demais coisas, possuem preço, pois podem ser substituídas por outro que lhe é equivalente. Daí a ideia de valor relativo de todas as coisas”²⁹.

Contudo, foram fundamentalmente os terrores cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, em que o ser humano foi utilizado em proveito de interesses políticos e económicos por parte dos regimes totalitários, que o estimulou para uma nova consciência acerca deste princípio inalienável. É, desde esta cruel violação dos direitos humanos que surgem os marcos mais importantes, no que concerne à sua proteção, dando origem a uma cultura apoiada na

²⁴ Concílio Ecuménico Vaticano II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n.º41.

²⁵ Conselho Pontifício justiça e Paz, *Compêndio da Doutrina...*, op. cit. n.º105.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Immanuel Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, (1995), 58.

²⁸ *Ibidem*, 65.

²⁹ *Ibidem*, 58.

centralidade dos direitos humanos. Este princípio foi confirmado em várias constituições do pós-guerra, destacando-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que no primeiro artigo expõe com clareza o princípio da dignidade humana:

Art. 1. “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e percepção e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”³⁰

Esta Declaração é um marco importante na defesa e promoção da dignidade humana, pois é o eclodir de uma consciência coletiva que confere os direitos inatos da *pessoa*, logo, deve ser defendida, valorizada e fomentada.

Deste modo, podemos expressar que, tal como os direitos humanos, o princípio da dignidade é um conceito variável, resultante de uma evolução dos tempos e dos espaços e dos contextos. Importa salientar, todavia, que o facto dos direitos humanos estarem consagrados em declarações e constituições não asseguram a sua inviolabilidade e eficácia. O maior desafio com que o ser humano se depara, atualmente, é garantir a efetividade dos seus direitos, impedir a sua transgressão e fazer com que estes sejam cada vez mais aperfeiçoados. É preciso lutar diariamente pela promoção da justiça, da liberdade e da paz. Declarar os direitos do ser humano implica afirmar que a humanidade, no seu todo, tem direitos e vê a sua dignidade protegida e reconhecida.

Depois da análise dos principais momentos históricos de reconhecimento do princípio da dignidade humana, é-nos possível agrupar alguma informação que permite clarificar este conceito, construído paulatinamente. Estamos perante um conceito complexo e em permanente evolução, num mundo, também ele, em constante mutação.

4. A dignidade da vida humana na sociedade atual

Hoje em dia, vive-se uma época de grandes paradoxos. Se por um lado, domina o individualismo, a busca da superficialidade liberta de moral e de deveres, o pluralismo religioso, em que o indivíduo não estando “preso” a um único sentido religioso procura respostas para a vida e novas orientações, um tempo em que não se reconhece Deus como única força para as nossas vidas; por outro lado, é tempo de reorganização de crenças, de

³⁰ <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>, acessido em 3 de abril de 2017.

abertura por parte da Igreja a novas realidades, de acolhimento, de diálogo, de pontes, de novos formatos de expressão da fé, de uma nova evangelização.

De acordo com os Bispos portugueses, em 2001, este tipo de situações encontra justificação na falta de “padrões éticos de valores (...), na linha da nossa tradição cultural”, seguindo a sociedade “as regras inspiradoras dos comportamentos, as próprias leis e o sentido global da vida individual e comunitária (...) ao sabor de critérios imediatistas e pragmáticos”³¹. Ora, este tipo de critérios revela-se manifestamente contrário à doutrina cristã, marcando uma clara quebra com a cultura tradicional. Assim, verificamos que o catolicismo deixou de ser a força motora, a referência da sociedade, para dar lugar a uma fé individual e a um certo ateísmo. Posto isto, a Conferência Episcopal reescreveu uma folha da história, revelando uma mudança social. A secularização, para Reinhart Koselleck, “resultou do diálogo entre a herança greco-romana e o cristianismo, legado que o direito canónico virá a recolher, para denotar a separação entre o estado do clero e o dos fiéis seculares ou leigos”³² enquanto que para Casanova, “(...) resulta da reforma protestante, da constituição dos estados modernos, do desenvolvimento do capitalismo e da primeira revolução científica, no início da Idade Moderna”³³.

Segundo Vítor Neto, o conceito de secularização continha outros significados, a saber: a distinção entre o tempo presente do religioso, divino e espiritual, particularmente “o mundo temporal oposto à sociedade religiosa”, designação que se manteve até à Idade Média³⁴. A partir daí, o conceito de secularização obteve uma interpretação jurídica, sendo usado para citar a apropriação dos bens eclesiais pelo poder civil. Havia ainda a designação aplicada pela instituição eclesial para demarcar o clero regular do clero secular. Assim, o termo secularização encerra em si uma pluralidade de significados, contudo, apenas nos limitaremos àquele que para Vítor Neto, diz respeito “à autonomia da sociedade civil em relação à Igreja”³⁵. Podemos definir este conceito como um processo de descentralização da religião, deixando de ser o elemento primordial para a formação de uma sociedade. Esta ideia moderna assenta num novo modo de viver e de procura de valores, verdadeiramente contrários aos valores e crenças tradicionais instituídos pela Igreja Católica. A secularização pode, neste sentido, ser

³¹ Conferência Episcopal Portuguesa, *Crise de Sociedade, Crise de Civilização*, Secretariado Geral do Episcopado, (Lisboa: 2001) n.º2.

³² Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares*, (Almedina, 2006), 48.

³³ *Ibidem*, 48-49.

³⁴ Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, (Lisboa: INCM, 1998), 219- 220.

³⁵ *Ibidem*.

examinada como a autonomia do profano com evidentes regressões ao nível das crenças e princípios religiosos. Para o mesmo autor “a interpretação do vocábulo ia levando a uma oposição entre o religioso entendido como dominante e necessário ao passado, e o secular, que surgia como o ponto de chegada da evolução intelectual e moral da humanidade” logo esta interpretação “acabaria por se tornar sinónimo de laicização e de laicismo”.³⁶ Este é, então, um conceito complexo, uma vez que exprime “a existência de uma tensão permanente entre as instâncias religiosas e a vida social”³⁷ A nível institucional, esta tensão significa a perda da hegemonia por parte da Igreja na formação da sociedade. O certo é que esta secularização desencadeou na modernidade, novos valores e novas interpretações de valores já consagrados.

O autor Charles Taylor ³⁸ dá uma importante contribuição filosófica para compreendermos a dimensão espiritual do ser humano numa época secularizada. A sua obra *A Secular Age* é fundamental para analisar a sociedade contemporânea e a religião, sobretudo, o processo de secularização e o seu impacto na vida das pessoas e da sociedade ocidental. O autor entende que este fenómeno está assente em três pilares: o da esfera pública, o de abandono da Igreja e o da falta de crença. A queda da religião é explicável, na sua conceção, pelo surgimento de uma mentalidade mais confiante e fundada na capacidade que o ser humano tem para definir a sua própria identidade e ordem moral. Se antes o ser humano era permeável às influências e à transcendência, na modernidade isso já não acontece, existindo um maior crédito no uso da razão e nas capacidades do indivíduo. Foi, a Reforma Protestante, o ponto de viragem da sociedade ocidental, pois, ao dar ao homem a “vantagem”, relegou para um plano posterior o teocentrismo, ou seja, Deus como o centro de tudo. Assim, o ser humano passou a deter o próprio controlo, sendo Deus uma realidade secundária. Todavia, Charles Taylor entende que nem tudo é nefasto com a secularização, pois esta trouxe um novo formato de confrontação das pessoas com a religião, especificamente a busca espiritual e não o vínculo a uma doutrina. Logo, esta não produziu o total declínio e negação da religião, antes a emergência de novas modalidades de vivência religiosa e de busca espiritual.

Assim, a sociedade ocidental contemporânea vive uma era secular, marcada pela retirada da religião para o foro privado e, conseqüentemente, menos crenças e práticas religiosas. No entanto, não se pode descurar o número de crentes em Deus e a sua assiduidade

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*, 220-221.

³⁸ Charles Taylor, *A era secular (A secular age 2007)*, (Lisboa: Edições Piaget, 2012).

nos templos. É importante salientar que o ser humano, ao abandonar o código moral cristão, deve gerir o seu modo de ser e de agir de acordo com um moralismo universal, pois estamos entregues à nossa própria consciência, a qual nem sempre está de acordo com a dos outros. Como resultado desta falta de valores orientados pela religião, emergem, todos os dias, acontecimentos de atropelos aos direitos humanos como suicídios, homicídios, eutanásia, violência, roubos, violações, guerras, conflitos, maus tratos, agressividade em instituições, em casa, nas ruas, na Internet, que são autênticos atentados à vida, à moral e à dignidade da pessoa.

5. O que condiciona a dignidade da vida humana?

A vida humana é uma dádiva de Deus, o primordial e indispensável direito humano, por isso, é sagrada e inviolável. Este direito é de grande importância na religião católica que indica que cada pessoa é “irrepetível e ineliminável”³⁹. João Paulo II, na Carta Encíclica *Evangelium Vitae* afirma que a “vida humana é sagrada, porque, desde a sua origem, supõe ‘a ação criadora de Deus’ (...). Só Deus é Senhor da vida, desde o princípio até ao fim: ninguém, em circunstância alguma, pode reivindicar o direito de destruir diretamente um ser humano inocente”⁴⁰.

O Papa Francisco também nos diz que, “afirmar a dignidade da pessoa significa reconhecer a preciosidade da vida humana, que nos é dada gratuitamente”⁴¹. O respeito pela vida e pela dignidade da pessoa está claramente destacado no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, que considera estes valores como “‘universais, invioláveis e inalienáveis’. Universais, porque estão presentes em todos os seres humanos, sem exceção alguma de tempo, de lugar e de sujeitos. Invioláveis, enquanto ‘inerentes à pessoa humana e à sua dignidade’ (...). Inalienáveis, enquanto ‘ninguém pode legitimamente privar destes direitos um seu semelhante, seja ele quem for, porque isso significaria violar a sua natureza’”⁴².

³⁹ Conselho Pontifício Justiça e Paz, *Compêndio da Doutrina...*, *op. cit.* n.º131.

⁴⁰ João Paulo II (25 de março de 1995), *Carta Encíclica Evangelium Vitae*, in AAS 87 (1995) n.º53.

⁴¹ Francisco (dia 27 de novembro de 2014), *Entre a dignidade e a transcendência* in *L'Osservatore Romano*, 10-11.

⁴² Conselho Pontifício Justiça e Paz, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, (Cascais: Editora Principia, 2005).

Todavia, a sociedade contemporânea tem tido uma missão árdua na proteção da vida humana, isto porque os valores tradicionais são constantemente postos em causa, o que dificulta, e muito, a defesa da dignidade da vida. O ser humano vive e suporta as contingências históricas e sociais, estando à mercê de todo o tipo de crueldades e atropelos aos seus direitos, como foi o caso do holocausto vivido durante a Segunda Guerra Mundial. E, mais recentemente, no Genocídio no Darfur, no Sudão, na Síria, e em tantas chagas abertas no mundo.

No entanto, como já foi referido anteriormente, é precisamente a partir destas guerras que surge um novo conceito de dignidade da pessoa humana, tornando-se no maior consenso ético mundial, servindo como sustentáculo para uma cultura baseada nos direitos humanos.

Ora, do explanado, reconhecemos que, hoje em dia, vivem-se recentes e alarmantes ameaças, fruto das rápidas e acentuadas mudanças no sistema internacional, consequência da globalização. Referimo-nos à pobreza, à criminalidade organizada, ao tráfico humano, às doenças infecciosas, às crises económicas, aos avanços tecnológicos com reflexos para a eugenia⁴³ e clonagem, à situação problemática dos refugiados e ao terrorismo.

Não sendo um fenómeno novo, o terrorismo será, pois, a grande ameaça do século XXI, ameaça à dignidade da vida humana, à estabilidade e à convivência entre pessoas e religiões, aos mais básicos direitos como a liberdade. Existe uma onda de violência que parece não ter fim, tornando-se, cada vez mais constante no nosso quotidiano. Os governos, dificilmente, encontram soluções e medidas para pôr fim a este flagelo, pois as organizações terroristas tornam-se cada vez mais imprevisíveis, potentes e cruéis. Neste sentido, é de enorme importância e um desafio para a humanidade lutar contra todas as situações que se apresentam como uma violação aos direitos humanos. Para que isto seja uma realidade é fundamental que haja colaboração entre todos, ações concertadas, em que se pratique a

⁴³ **Eugenia** é um termo criado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), significando "bem nascido".[1] Galton definiu eugenia como "o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente".[2] O tema é bastante controverso, particularmente após o surgimento da eugenia nazista, que veio a ser parte fundamental da ideologia de "pureza racial", a qual culminou no Holocausto. Mesmo com a cada vez maior utilização de técnicas de melhoramento genético usadas atualmente em plantas e animais, ainda existem questionamentos éticos quanto a seu uso com seres humanos, chegando até o ponto de alguns cientistas declararem que é de fato impossível mudar a natureza humana, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugenia>, acessado em 10 de abril de 2017.

solidariedade, a tolerância, o respeito pelo outro, a igualdade de oportunidades, em sincronia com a ciência e a tecnologia e que estas estejam ao serviço do ser humano e da vida, e, principalmente, que se proteja a vida e a sua dignidade. Só desta forma deixaremos de presenciar o desrespeito pela vida e passaremos a viver num mundo mais fraterno, mais seguro e em paz, porque “verdadeiramente grande é o valor da vida humana, se o Filho de Deus a assumiu e fez dela o lugar onde se realiza a salvação para a humanidade inteira”⁴⁴.

6. A dignidade da vida humana nas catequeses de João Paulo II

Desta afirmação introdutória da *Carta Encíclica Evangelium Vitae*, “O Evangelho da Vida está no centro da mensagem de Jesus” (João Paulo II)⁴⁵ podemos retirar os elementos fundamentais para um entendimento do valor único da pessoa, da vida e da própria dignidade: a vida brota, na mensagem de Jesus, como a mais magnífica das notícias, o anúncio por excelência, o núcleo da sua pedagogia e a origem essencial da missão redentora. Faz parte da determinação e vontade divinas que a pessoa, toda a pessoa, viva de modo pleno: é o próprio Jesus quem o declara ao anunciar a sua missão (Jo 10, 10)⁴⁶, a qual dá conta não apenas de uma promessa de vida, mas da certeza de uma vida em plenitude. Por meio deste anúncio, Ele, o próprio Deus que concorda em vir ao mundo, se faz presente no meio de nós. Centrada nesta promessa de vida sempre renovada, a proposta de Jesus é a de fazer do ser humano honrado e da sua existência, uma existência digna, porque vivida na dignidade de filhos de Deus. A vida prometida por Jesus é uma vida que não se esvazia e que vai muito para além da existência na terra, mas que não deixa de se comprometer com essa mesma existência, mormente no que concerne à centralidade da pessoa humana, na Sua mensagem e à própria dignidade. Simultaneamente, a mensagem de Jesus é uma autêntica afirmação antropológica – da pessoa e da sua dignidade – ao sublinhar que a pessoa humana vale mais por aquilo que é do que por aquilo que tem (Cf. Lc 12,15-3; Mc 8,34-38; Mt 16,24-26). Toda a pedagogia messiânica firma-se numa relação entre o humano e o divino, tentando despertar no primeiro a revelação do segundo, a partir da proposta essencial na dimensão do serviço. A proposta do Magistério da

⁴⁴ João Paulo II, *Carta Encíclica Evangelium Vitae*, n.º33.

⁴⁵ João Paulo II, *Carta encíclica sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana (Evangelium Vitae)*, (Braga: Editorial A. O., 1995), n.º1.

⁴⁶ As referências bíblicas foram retiradas da BÍBLIA SAGRADA, (Editorial Missões, 2007).

Igreja, infundida pela pedagogia dos textos bíblicos e pela tradição viva da Igreja, salienta a missão sublime de estar ao serviço da vida e da pessoa, avisando e iluminando todas as realidades como fermento na massa.

Na verdade, João Paulo II, nas suas catequeses⁴⁷, quis repor a harmonia necessária entre a fé e a vida das pessoas, ou seja, na perspetiva do seu pensamento filosófico personalista não é compatível uma postura que desincorpore estas realidades. A fé e a vida humana não são apenas harmonizáveis, são, acima de tudo, a expressão de uma comunhão original ontológica pretendida pelo Criador. Por este motivo, ao situar o amor humano no centro das catequeses sobre a teologia do corpo, mais do que reiterar conceitos demasiado afastados do percurso conceptual dos ouvintes, João Paulo II quis mostrar a hipótese do amor como um caminho viável e, dentro do qual, é possível ao ser humano descobrir a sua vocação interior.⁴⁸

No número onze, da aludida Exortação Apostólica, João Paulo II profere que «Deus criou o homem à sua imagem e semelhança. Chamando-o à existência por amor, chamou-o ao mesmo tempo ao amor. Deus é amor e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Ao criar a humanidade do homem e da mulher à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus inscreveu nela a vocação ao amor e, portanto, a capacidade e a responsabilidade correspondentes. [...] Porque o homem é um espírito encarnado, isto é, uma alma que se exprime no corpo e um corpo informado por um espírito imortal, o homem é

⁴⁷ O Bem-Aventurado Santo João Paulo II deu continuidade à tradição iniciada pelo Papa Pio IX, em 1870, com as chamadas Audiências Gerais. Elas acontecem desde então, às quartas feiras, e são um modo de o Sumo Pontífice relacionar-se mais de perto com os peregrinos. Nelas são proferidas as chamadas "catequeses". Foram 129 catequeses a respeito da chamada Teologia do Corpo, que jogou a luz do Evangelho sobre a confusão moderna que se instalou sobre o relacionamento entre homem e mulher. João Paulo II conseguiu apresentar a sexualidade humana de maneira fiel ao ensinamento da Igreja e, ao mesmo tempo, nova. A tradição foi apresentada de um modo que o mesmo homem e mulher atuais conseguem entender. <https://padrepauloricardo.org/aulas/a-teologia-do-corpo-do-papa-joao-paulo-ii> acedido em 15 de abril de 2017.

⁴⁸ Carl Anderson e José Granados, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, (Lucerna: Parede, 2014), 22: «A experiência do amor é o fundamento da perspetiva que João Paulo II tem do Homem, a chave que lhe permite abordar a questão humana a partir de dentro e a levar a sério as preocupações e os problemas do Homem. Ao mesmo tempo, a ênfase que João Paulo II dá ao amor evita o isolamento e o subjetivismo para que frequentemente conduz a nossa moderna definição de experiência. Se o amor é o cerne da experiência, esta não pode ser o assunto meramente individual e privado que hoje tendemos a imaginar. O amor ressoa no fundo da nossa alma, mas também nos leva para fora de nós mesmos e introduz-nos numa plenitude de vida maior do que os nossos 'eus'.

chamado ao amor na sua totalidade unificada. O amor abraça também o corpo humano e o corpo torna-se participante do amor espiritual. [...]. Por consequência, a sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se dão um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos, não é algo de puramente biológico, mas diz respeito à pessoa humana como tal no que ela tem de mais íntimo. [...] A doação física total seria falsa se não fosse sinal e fruto da doação pessoal total, na qual toda a pessoa, mesmo na sua dimensão temporal, está presente.»⁴⁹

Face ao exposto, o ser humano, adotando a sua condição de imagem de Deus, é conduzido para um nível ontologicamente elevado à categoria de corresponsável no plano divino. Tal corresponsabilidade revela-se na sua condição de ser corporal no tempo e na história. Convocado para a existência, é também enviado a existir para o amor, concretizando, no ser pessoal, a imagem original de comunhão interpessoal com Deus. O corpo é o lugar ímpar, competente dessa realização existencial, através do qual, homem e mulher se doam e se entregam à vida matrimonial.

Síntese

Realizada a resenha do primeiro capítulo, eis-nos chegados ao momento de tecer algumas considerações sobre o mesmo. Tivemos como objetivo fazer uma análise sobre as definições de Dignidade e de Pessoa, em seguida realizar um enquadramento histórico da dignidade da vida humana, posteriormente, analisar a dignidade da vida humana na sociedade atual (nomeadamente as transformações e mudanças operadas, a secularização, que originou uma crise de identidade e de valores na sociedade), indagar depois sobre os condicionalismos da vida humana (focando alguns casos que constituem verdadeiros atentados à vida e à sua dignidade) e, finalmente, refletir sobre a dignidade da vida humana nas catequeses de João Paulo II. Desta análise retiramos algumas consequências e implicações.

Antes de mais, é importante referir que a sociedade, em geral, deixou de valorizar os princípios e valores oriundos da religião. No deambular dos dias de hoje a humanidade, sociologicamente, enceta um desafio à Igreja envolta num mar de secularização e de novas vivências dos valores, amalgamada em nuvens de individualismo, de narcisismo, procura de prazer, futilidade, consumo supérfluo, falsas liberdades, satisfação pessoal sem ter consciente

⁴⁹ João Paulo II, *Familiaris Consortio*, Exortação apostólica, 1981, 11.

a conceção de moral ou de deveres. O indivíduo vive de forma egoísta, sem se importar com o sofrimento alheio. Vivemos numa sociedade secularizada, caracterizada pela perda do domínio da Igreja. Contudo, o sol continua a nascer e com ele a esperança de uma nova era em que todos somos corresponsáveis por estarmos atentos e a agirmos conforme os sinais do século XXI, no qual Jesus se continua a fazer presente no meio de nós.

A ausência de valores que desembocam em abusos, desvalorizando ou aniquilando a dignidade da vida humana e os direitos humanos, são fruto das acentuadas modificações científicas, tecnológicas, económicas, sociais e religiosas, potenciadas, principalmente, pela globalização que conduz a uma cultura de morte, na qual a pessoa é observada numa lamela, sem transcendência e dignificação.

É, neste sentido, que o Papa Francisco apela para que se pratique a cultura do encontro, fundada numa relação de proximidade, de abertura ao outro, de socialização, de acolhimento, de solidariedade e de fraternidade. Esta cultura nasce como resposta à globalização do individualismo e da indiferença que parece querer persistir no mundo em que vivemos, mas, no qual, se vislumbram raios de luz que iluminarão as novas gerações.

Deste modo, podemos demonstrar que estamos perante uma realidade complexa que resulta em confusões, indecisões e consequentes alterações. É preciso esclarecer os valores absolutos, ordená-los, dar-lhes a merecida importância, situando-os na base e não enaltecer os valores de circunstância. É, nesta desordem que habita a crise de valores. Todavia, entendemos que, de um modo geral, há uma consciencialização cada vez maior dos valores e que apenas uma educação direcionada para esses mesmos valores poderá contribuir para um mundo menos instável onde reine a paz.

É, nesse sentido que se vai orientar a reflexão, no segundo capítulo, no qual se pretende refletir sobre a mais valia de formar crianças e jovens para o reconhecimento do dom da dignidade da vida humana. A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica apresenta-se como um contributo essencial para um crescimento em humanidade e responsabilidade. Valores como a justiça, a honestidade e a bondade deverão estar sempre presentes na educação que pretendemos transmitir aos nossos filhos e alunos.

Em seguida, será feita uma abordagem do reconhecimento da dignidade da vida humana no contexto inclusivo dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, assim como o enquadramento histórico e legal das NEE, no contexto nacional. A questão dos

discentes com NEE será abordada atendendo à especificidade das suas características e vulnerabilidades, nunca esquecendo que é uma temática de uma sensibilidade extrema, por isso, a exigência do cuidar e do respeito pelo outro.

CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DE FORMAR AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES PARA O RECONHECIMENTO DO DOM DA DIGNIDADE DA VIDA HUMANA

No primeiro capítulo refletimos um pouco sobre o apelo do Papa Francisco para que se pratique a cultura do encontro, alicerçada numa relação de proximidade, de abertura ao outro, de socialização, de acolhimento, de solidariedade e de fraternidade. Esta cultura surge como resposta à globalização do individualismo e da indiferença que parece persistir no mundo em que vivemos.

No seguimento do exposto, enfatiza-se, neste capítulo, a importância de formar as crianças e os adolescentes para o reconhecimento do dom da dignidade da vida humana para que se possa dar continuidade a uma educação direcionada para os valores onde reine a simplicidade, a humildade, a concórdia e a paz.

Iniciaremos este segundo momento, refletindo na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica como contributo para um crescimento em humanidade e responsabilidade. De seguida, será feita uma abordagem do reconhecimento da dignidade da vida humana, no contexto das Necessidades Educativas Especiais, mais especificamente sobre: a legislação das Necessidades Educativas Especiais nas escolas; o tratamento desta temática no âmbito da fragilidade, limitação e vulnerabilidade e ainda o cuidado e o respeito pela diferença.

1. A Educação Moral e Religiosa Católica como contributo para um crescimento em humanidade e responsabilidade

No alinhamento das orientações do século XXI para a educação, emanados pela Conferência Episcopal Portuguesa, na Carta Pastoral⁵⁰, suscita a formação articulada de cidadãos nas dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural e religiosa, numa escola inclusiva e integral focada em alunos críticos, autónomos e responsáveis, respeitando a multiculturalidade e a diversidade, num ambiente de equidade e harmonia.

A disciplina de Educação Moral Religiosa Católica (EMRC) integra o sistema educativo português e contribui “para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos

⁵⁰ Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral *Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, (2002), n.º 2.

indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autônomos e solidários”⁵¹, capazes de uma “participação social feliz, cooperante e solidária”⁵² em ordem à paz.

O adolescente no seu percurso de personalização e socialização aprende, porque escuta, apesar de muitos pensarem que muito lhes passa ao lado, pois acreditam na amizade e no diálogo como tesouros da sua vida.

Paulo VI, na Carta Encíclica *Ecclesiam Suam*, aconselha-nos a estarmos vigilantes para “Antes de falarmos, escutarmos a voz do semelhante e ainda mais o coração dele [...] o clima de diálogo é o da amizade” (Papa Paulo VI)⁵³.

Nesta declaração de Paulo VI encontra-se o cerne do desafio pedagógico da disciplina de EMRC: a escuta como fonte de diálogo, de compreensão e de transformação. Um diálogo sincero e esclarecedor entre a fé e a cultura. Uma compreensão tão ampla quanto possível da experiência humana e do fenómeno religioso e, como resultado de tudo isto, uma mudança da própria existência a partir dos valores do Evangelho, assim como uma mudança das relações humanas e da própria história.

A educação é uma tarefa de todos, no entanto, este dinamismo educativo poderá ter variadas concretizações, cuja meta principal será sempre a formação integral e plena de cada ser humano e o desenvolvimento e integração de todas as suas capacidades.⁵⁴ O dinamismo educativo é sempre um trabalho que merece, antes de mais, atenção, cuidado e responsabilidade. Um trabalho que deve permitir um desenvolvimento de cada pessoa, de acordo com a sua herança histórica, cultural e civilizacional. Assim, a proposta educativa é, antes de mais, “um processo de consciencialização do homem na aquisição da sua própria dignidade”⁵⁵ cuja orientação, num nível de transcendência, concede pistas em direção a uma compreensão das “suas possibilidades de dignidade e as esperanças face às próprias limitações.”⁵⁶ A perspetiva antropológica, existente neste dinamismo, direciona-nos para uma coerência com os ideais civilizacionais, entre os quais se localiza o reconhecimento da dignidade inalienável da pessoa

⁵¹ Lei n.º 44/86 de 14 de outubro; Lei de Bases do Sistema Educativo, Artigo 2.º.p. 4.

⁵² CEP, 2002, n.º 3.

⁵³ Paulo VI, Carta encíclica sobre os caminhos da igreja (*Ecclesiam Suam*),40, in http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html, acedido em 28 de abril de 2017.

⁵⁴ M. Romero, “Aproximación al currículo oculto en el sistema educativo - La Pedagogia Cristiana”, in *Communio*, (14, mayo-junio 92, 229).

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Ibidem*.

e, nesta mesma linha, desperta-nos para uma reflexão mais profunda sobre o papel do cristianismo, enquanto construtor dessa mesma matriz civilizacional. Não podemos, então, conseguir uma visão clara da dignidade ontológica do ser humano, sem perceber o seu enraizamento na pessoa, nem tão pouco a sua irredutibilidade, singularidade e incomunicabilidade, sem alusão ao pensamento cristão.

A disciplina de EMRC reveste-se de um dinamismo educativo que procura “tornar possível a síntese entre a fé e a cultura no interior do processo educativo.”⁵⁷ Desta forma, é chamada a proporcionar, enquanto proposta curricular, uma reflexão a propósito de uma matriz que a religião na vida cultural ajudou a construir.

Como proposta educativa, a disciplina de EMRC, encaixada no sistema de ensino, possibilita dar uma oportunidade de diálogo e de pedagogia sobre os dilemas que atingem a humanidade e participar na edificação de um tipo de humanização que a fé cristã já mostrou ter capacidade para gerar. O meio escolar é o espaço favorecido para uma pastoral de enraizamento, pois “é o lugar por excelência da gênese em humanidade.”⁵⁸ No seio da escola, com base no seu dinamismo cultural, a proposta cristã esforça-se por estar atenta aos contextos e às oportunidades e aceita o desafio de estar no mundo com vista a transformá-lo com instrumentos humanos. Recomendar um percurso de humanização é o verdadeiro estímulo da presença do cristianismo na cultura.

Para André Fossion, há condições benéficas para que, neste dinamismo educativo, se garanta a proposta de fé, designadamente: ao compreendê-la e contextualizá-la num contexto de significação da experiência humana e de exercício de liberdade religiosa; ao criar um ambiente favorável a uma relação de proximidade; ao oferecer testemunhos significativos que inspirem confiança; ao suscitar um exercício de reflexividade essencial à consolidação de convicções pessoais em ordem à maturação da fé⁵⁹.

Apesar da dificuldade em hierarquizar os diferentes dinamismos, o contexto escolar reconhece e salienta o peso do dinamismo ético-moral. Este dinamismo advém do seu reconhecimento e do seu contributo para a construção de uma consciência diferente. Nele, os alunos têm possibilidade de (re)eleger os valores a partir dos quais pretendem construir as suas vidas para que essas possam ter mais sentido. Esta hipótese de construção de pessoas melhores, capazes de gerir corretamente a sua liberdade, encontra a sua matriz nos valores primordiais

⁵⁷ D. Serralheiro, “Especificidades e características do Ensino Religioso Escolar”, in *Communio*, VI 1989/1, 38.

⁵⁸ André Fossion, *Dieu désirable: Proposition de la foi et initiation, Lumen Vitae*, (Bruxelles, 2010).

⁵⁹ Cf. *ibidem*, 175.

que qualificam o humanismo integral, o qual faz eco do humanismo cristão. Como acentua Lourenço:

“Essa formação autenticamente católica, incarnada num diálogo antropológico e transcultural, concretiza-se no estudo [...]” que leva em linha de conta “correntes humanistas do mundo contemporâneo”, “questões éticas fundamentais”, “os valores sintetizados pela Convenção Europeia para os direitos humanos” e “grandes interrogações humanas que as mundividências religiosas e não religiosas colocam.”⁶⁰ O mesmo autor refere que “essa formação humana, social e ética adquire uma importância decisiva num tempo marcado pela superficialização das relações, pelo relativismo dos valores, pela inquietação niilista e pela hegemonia económico-tecnológica.”⁶¹

Ao receber também a designação de “[...] «educação moral» ela alicerça-se na própria pedagogia humanizadora e transcultural da palavra de Deus, que os profetas comparam com o fogo e com a luz [...] porque anuncia o Homem Novo [...], porque intervém a partir da esperança [...], na evolução da sociedade e da cultura.”⁶²

Na nossa perspetiva, a formação religiosa torna-se um contributo fundamental para a criação de uma identidade segura e solidamente enraizada, pois orienta as consciências para realizarem escolhas ponderadas, ajudando os jovens a diferenciar entre o bem e o mal, preparando-os para assumirem compromissos compatíveis com uma crescente humanização da sociedade. Por outro lado, sendo a relação de fé um ato de confiança e de fidelidade, a formação religiosa assume pleno sentido na medida em que se propõe fornecer valores suscetíveis de atrair a lealdade e o entusiasmo generoso da adolescência, bem como a conceder pistas para identificar objetos passíveis de merecer a sua renúncia.

Na nossa vida, a possibilidade de escolha resulta na própria ambiguidade e, perante essa inevitável ambiguidade, é importante encontrar respostas que ajudem a “arrumar o caos”. A dimensão religiosa executa de forma distinta essa função. Nas palavras de Juan Ambrósio⁶³, a narração da existência e da história a partir da dimensão religiosa pode e deve efetuar-se numa escola que forme para uma ética “assimétrica”, da “gratuidade”, do “dom”, do “cuidado”, a qual tem reflexos na “edificação de uma identidade pessoal e coletiva”, na “significação da existência e das questões últimas” em confronto com a ambiguidade, no “cuidado do outro” e

⁶⁰ F. Lourenço, *EMRC – Pedagogia, objetivos gerais e conteúdos*, in *Communio*, VI, 1989/1, 49.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ Juan Ambrosio, “A narração da existência e da história a partir da dimensão religiosa”, Comunicação apresentada no Fórum de EMRC (Fátima: 2014).

“na construção de um mundo novo”, cada vez mais necessário. Não podemos, assim, compreender o dinamismo ético-moral desconexo da dimensão religiosa.

Para se ser professor de Educação Moral e Religiosa Católica, mais do que ensinar os conteúdos do programa é tentar educar para os valores. Os valores de se ser justo, honesto e responsável no nosso dia a dia. E como é que isso se faz? - Sendo eu própria! Falando um pouco da minha vida como partilha. Interessando-me por cada aluno como sendo a pessoa mais importante do mundo. Mostrando que a família e Deus deverão estar sempre no centro da nossa atenção. Despertando para a beleza do amor, para o cheiro da terra molhada, para o suave som da brisa do mar, para o encanto do pôr do sol, para o sorriso de gratidão, para a música que nos eleva a alma, para as pessoas boas que nos ajudam a chegar a bom porto, para o conselho do avô que só te quer ver feliz, para a lágrima do pai que, apesar de estar emigrado, te ama muito, para a água fresca da fonte, para a mãe que carrega a dor de estar só, mas sorri como se tivesse as mãos de Deus a ampará-la...”⁶⁴

2. A abordagem do reconhecimento da dignidade da vida humana, no contexto inclusivo das Necessidades Educativas Especiais

Boaventura de Sousa Santos considera que temos “Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

O modelo de “Escola para todos” rompe com a educação tradicional, onde as crianças e os adolescentes ditos “diferentes” eram segregados, marginalizados ou mesmo excluídos de qualquer tipo de ensino. Da segregação passou-se à integração e, hoje, à inclusão destas crianças/adolescentes no Ensino Regular, com o intuito de se dar respostas às suas necessidades especiais ou necessidades educativas.

Mas, comecemos pelo princípio. Como podemos definir a “deficiência”? Ser “deficiente” é ser diferente? Podemos definir “deficiência” por contradição à normalidade? Segundo a UNESCO, “deficiência é uma de entre todas as possibilidades do ser humano, portanto deve ser considerada, mesmo se as suas causas e consequências se modifiquem, como um fator

⁶⁴ Texto retirado do meu diário.

natural que nós mostramos e de que falamos do mesmo modo que o fazemos em relação a todas as outras potencialidades humanas”⁶⁵.

A Organização Mundial de Saúde refere que, "no domínio da saúde, deficiência representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica"⁶⁶. Assim, deficiência é definida por perdas ou alterações que, por sua vez, podem ser temporárias ou permanentes.

Em termos educativos, o conceito de “deficiência” tem vindo a ser substituído pelo conceito de Necessidades Educativas Especiais. De facto, tradicionalmente, este termo era aplicado para designar um tipo de educação diferente da praticada no ensino regular, que funcionaria de uma forma paralela a esta.

O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) começou a ser difundido em 1978, a partir da sua denominação no Relatório Warnock, que foi constituído para reavaliar o atendimento aos “deficientes”. No entanto, o conceito NEE só foi adotado e redefinido em 1994, na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), passando a abranger todas as crianças, adolescente e jovens, cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Vivemos, atualmente, num processo de mudança curricular, onde a escola é desafiada a adotar práticas compatíveis com a especificidade de todos os seus alunos. Promove-se a heterogeneidade, adaptando-se “os vários estilos e modos de aprendizagem, de modo a garantir uma educação de qualidade, isto é, que ofereça um currículo assente no currículo comum, flexível, pertinente, aberto à diversidade, com as adequações a cada situação, através de uma correta organização escolar e de uma rede de serviços especializados, designadamente das áreas da educação, da saúde e da segurança social”⁶⁷. É, neste âmbito, que encontramos a filosofia da escola inclusiva⁶⁸, promotora do sucesso para todos, onde todos os alunos têm direito a uma

⁶⁵ UNESCO, 1997, citado por Vieira et al., (1996).

⁶⁶ OMS, (1980), 35.

⁶⁷ David Rodrigues & Magalhães, *Aprender juntos para aprender melhor*. (Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, 2007), 31.

⁶⁸ “Incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. E inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, a inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, económica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948 relaciona os seguintes direitos que valem para todos, isto é, os chamados direitos humanos ou da cidadania:

Direitos Civis: direito à liberdade e segurança pessoal; à igualdade perante lei; à livre crença religiosa; à propriedade individual ou em sociedade; e o direito de opinião (Art. 3º ao 19).

educação igual e de qualidade. Verificamos que a sociedade foi marcada por uma realidade desumana “que ditou, por um período demasiado longo, o estigma da diferença, encurralando crianças com espaços artificiais, contrariando a natureza cultural da humanidade”⁶⁹.

Assim sendo, atentamos uma reflexão sobre o conceito de escola inclusiva, uma vez que cabe a nós, educadores, proporcionar a educação que consideramos melhor, com base na legislação vigente, para estas crianças e adolescentes.

Os estudos evidenciam que há um número cada vez maior de crianças com necessidades educativas especiais a fazer parte das turmas do Ensino Regular. De facto, a diversidade nas escolas exige que os professores estejam preparados para aceitar a diferença e contribuir, eles mesmos, para que a escola se torne uma autêntica comunidade educativa.

Tal como referem os autores Peixoto & Carvalho, “Numa Sociedade Para Todos, cada um de nós é parte integrante dela e a todos assiste o direito de ser incluído. Garantir esse direito é um dever coletivo, mas particularmente, dos que intervêm de forma direta na orientação dos destinos da sociedade, educação”⁷⁰. Este direito à igualdade de oportunidades está consignado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Constituição Portuguesa, onde no n.º 1 do artigo 74 é referido que todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.⁷¹

O princípio de que todos os alunos devem aprender juntos consubstancia um enorme avanço na história da discriminação. Para este trajeto foi muito importante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO, em Salamanca, em junho de 1994. Esta Declaração, aprovada por representantes de noventa e dois governos, dos quais Portugal, e vinte e cinco organizações internacionais, incluiu um conjunto de

Direitos Políticos: liberdade de associação para fins políticos; direito de participar do governo; direito de votar e ser votado (Arts. 20 e 21).

Direitos Económicos: direito ao trabalho; à proteção contra o desemprego; à remuneração que assegure uma vida digna, à organização sindical; e direito à jornada de trabalho limitada (Arts. 23 e 24).

Direitos Sociais: direito à alimentação; à moradia; à saúde; à previdência e assistência; à educação; à cultura; e direito à participação nos frutos do progresso científico (Art.25 ao 28).”
<file:///E:/MESTRADO/ISEC/INCLUSÃO%20E%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO/A%20INCLUSAO%20SOCIAL%20DAS%20PESSOAS%20COM%20DEFICIENCIAS.pdf>, acessado em 7 de maio de 2017.

⁶⁹ Peixoto, L. M., & Carvalho, O. A., *A Escola Inclusiva - Da Utopia à Realidade*. (Braga: Edições APPACDM de Braga, 2000).

⁷⁰ *Ibidem*, 9.

⁷¹ <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, acessado em 6 de maio de 2017.

conceitos como “Inclusão”⁷² e “Escola Inclusiva”⁷³, que passaram a fazer parte dos objetivos entre os profissionais da educação. Para muitos, a Declaração de Salamanca simboliza a evidência de uma educação que atende às diferenças individuais numa mesma escola.

O princípio da “escola inclusiva” foi definido pelos autores da Declaração de Salamanca da seguinte forma: “7. O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais da escola. 8. (...) A pedagogia inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos com necessidades educativas especiais e os seus colegas. (...).”⁷⁴

A inserção do aluno com necessidades especiais, em termos físicos, sociais e académicos nas escolas regulares, ultrapassa em muito o conceito de integração, pois não intenta posicionar estes alunos numa “curva normal”, mas antes assumir que a heterogeneidade que existe entre os alunos é um fator muito positivo, consentindo o desenvolvimento de comunidades escolares mais ricas e mais benéficas. A inclusão pretende levar o aluno com necessidades especiais às escolas regulares, e, sempre que possível, às turmas regulares, onde tem direito a beneficiar de serviços adequados às suas vulnerabilidades.

Segundo Luís de Miranda Correia, “devem ser consideradas opções e providenciados serviços adequados para as crianças com Necessidades Educativas Severas, sempre que possível, na classe regular, mas não excluimos a hipótese da resposta não estar, a tempo inteiro,

⁷² Segundo Luís de Miranda Correia (1999: 34) “a inclusão baseia-se, portanto, nas necessidades das crianças, vista como um todo, e não apenas no seu desenvolvimento académico, comparado, ainda, por cima, tantas vezes, com o desempenho académico do aluno médio”. Este princípio apela, assim, ao desenvolvimento académico, socio-emocional e pessoal dos alunos, de maneira a proporcionar-lhe uma educação apropriada, direcionada para a maximização do seu potencial.

⁷³ “Uma escola inclusiva será então aquela que congrega alunos sem necessidades especiais e alunos com necessidades especiais, entendendo-se por necessidades especiais o conjunto de alunos em risco educacional, dotados e sobredotados (talentosos) e com necessidades educativas especiais” (Correia, 2005: 13).

⁷⁴ Declaração de Salamanca:15.

nessa mesma classe regular”⁷⁵. Para além destas premissas, existem outras que estão direcionadas com os profissionais de educação, com os pais e com os serviços a prestar, como trabalhar em colaboração, partilhar recursos, apoios e decisões. Também os serviços necessitados pelos alunos devem, sempre que possível, ser prestados em ambientes educativos regulares e os serviços regionais e locais devem fornecer os apoios e os recursos necessários, para que as escolas se possam reestruturar, dando atenção à diversidade dos alunos que a frequentam.

Ao clarificarmos o conceito de escola inclusiva, abarcámos um horizonte de progresso de que esta é a que congrega alunos sem necessidades especiais e alunos com necessidades especiais. “Ao refletir sobre a inclusão, percebo que ela só existirá de facto quando todos nós deixarmos de falar nela. Quando todos nós olharmos o outro exatamente da forma como olhamos para nós próprio. Quando entendermos o outro sem receio dele nos ensombrar com a alma grande que tem. Quando finalmente eu e tu quisermos o mesmo.”⁷⁶

Sendo a exclusão social uma realidade incontornável compreende-se que uma das prioridades da UNESCO consista, justamente, em fomentar e instigar dinâmicas de transformação nos sistemas educativos do maior número possível de países, de modo a poderem garantir uma maior justiça e uma mais efetiva igualdade de oportunidades às crianças e adolescentes, em idade escolar. A realização da referida Conferência de Salamanca - a qual contou com a presença de mais de uma centena de países - é, precisamente, uma prova desse esforço empreendido pela UNESCO.⁷⁷

Atendendo a este processo, há uma maior consciencialização da necessidade de construir, com flexibilidade, adequações, em meio escolar, de modo gradual, com base em instrumentos legislativos, pedagógicos e proativos de inclusão socioeducativa que pretendem preparar as novas gerações para novos desafios e uma vivência de participação social fundada nos princípios da solidariedade mútua e do respeito pela diferença. Isto só será completamente real quando a escola conseguir disponibilizar uma educação de qualidade para todos e não, somente, para alguns. Assim, o atendimento das crianças com necessidades educativas especiais terá de merecer uma atenção muito particular. Por tudo isto, criar escolas inclusivas é

⁷⁵ Correia, *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*, 38.

⁷⁶ Texto retirado do meu diário.

⁷⁷ <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6981/2/Tese%20de%20Doutoramento.pdf>, acessido em 24/05/2017.

um imperativo ético. Contudo, a sua materialização não é, seguramente, fácil, uma vez que exige mudança de mentalidades, adequação de meios e de recursos humanos especializados, assim como infraestruturas apropriadas ao desenvolvimento das capacidades dos jovens. Para que este propósito comece a adquirir expressão real, torna-se importante, antes de mais, alinhar, com contornos claros, uma conceção de escola inclusiva que consagra, em termos filosóficos e práticos, os ideais de igualdade e de qualidade.⁷⁸

Este cuidado com o ideal da inclusão faz todo o sentido, na medida em que continua a conferir-se, um pouco por toda a parte, a exclusão social de muitas pessoas, por diversas razões, a saber: económicas, linguísticas, raciais e religiosas. Constatamos na prática diária que um elevado número de discentes, inseridos no sistema educativo, não usufrue das adaptações e adequações necessárias ao desenvolvimento integral, fazendo apenas parte de um número que pertence a uma turma, condição que terá repercussões nos seus projetos de vida futura, assim como a sociedade, pois ele é uma pessoa, célula da sociedade, numa civilização desenvolvida do século XXI.

2.1. Enquadramento histórico e legal das Necessidades Educativas Especiais, no contexto nacional.

Sem pretender fazer um escrutínio da história da educação em Portugal, mormente das Necessidades Educativas Especiais, começamos com o enquadramento histórico e legal do contexto nacional da Educação Especial. Fazemos referência ao período entre 1910 e 1940. Esta é uma fase onde existe a exclusão escolar e social. Os cuidados prestados às pessoas com necessidades especiais ocorriam em casa ou em instituições asilares de carácter segregador assistencial.

Começamos, assim, com o ano de 1944, onde apareceu a primeira experiência de educação integrada no Instituto Aurélio da Costa, onde as classes especiais foram canalizadas para escolas do ensino regular.

Nas décadas de 50/60, a pessoa com necessidades especiais era olhada como “estranha” que convinha afastar da vida coletiva. O apoio incluía medidas de carácter assistencial e médico. É um período de segregação e assistencialismo.

⁷⁸ <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6981/2/Tese%20de%20Doutoramento.pdf>, acessido em 24/05/2017.

Na década de 70 verifica-se um período de identificação e apoio educativo e social. Em 1975/76 foram criadas as equipas de ensino especial para apoiar as crianças com necessidades especiais que permaneciam integradas nas escolas.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada a 14 de outubro de 1986 pela Assembleia da República, veio dotar a Educação Especial de um quadro de referências, há muito ambicionado, pois integra-a definitivamente no sistema de ensino.

Começa-se, desta forma, a assistir a grandes transformações na história da educação integrada, onde os conceitos de obrigatoriedade, universalidade e gratuidade levam às escolas regulares todas aquelas crianças ou jovens que até então ficavam em casa ou em instituições.

No entanto, em 1986, os defensores dos direitos dos alunos com necessidades especiais, os pais desses alunos e o reconhecimento público de que a escola não estava a desempenhar o seu papel ao não providenciar respostas educativas para todos os alunos, forçaram a reestruturação do sistema educativo, apelando para que fossem criadas condições que permitissem responder às necessidades destes alunos nas escolas regulares.

Nos anos 90 foi criado o Decreto-lei n.º 319/91, de 23 de agosto⁷⁹, cujo objetivo é a integração de alunos com NEE na escola regular. Este Decreto-lei é um modelo pedagógico e social e que vem preencher uma falta legislativa há muito sentida, passando as escolas a dispor de um suporte legal para organizar o seu funcionamento, no que diz respeito aos alunos com necessidades especiais. Vem “responsabilizar a escola regular por todos os seus alunos e que para tal prevê, no interior da própria escola, a existência de respostas educativas adequadas a problemáticas específicas”⁸⁰. Para além de introduzir o conceito de Necessidades Educativas Especiais, baseado em critérios pedagógicos, propondo privilegiar a máxima integração do aluno com deficiência na escola regular, no sentido de responsabilizar esta escola pela procura de respostas educativas eficazes, reforçando o papel dos pais na educação dos seus filhos, determinando direitos e deveres que lhes são conferidos para esse fim. Este Decreto-lei aclama, ainda, o direito a uma educação gratuita, igual e de qualidade para estes alunos. Estabelece a

⁷⁹ Este Decreto constituiu a regulamentação da Lei de Bases do Sistema Educativo - 46/86, na área da Educação Especial que vem regular a integração dos alunos portadores de deficiências nas escolas regulares. Foi um normativo que foi muito notório no sistema educativo, introduzindo princípios e conceitos inovadores resultantes das práticas educativas de então e do desenvolvimento de experiências de integração.

⁸⁰ J. Felgueiras Bairrão et al., *Os alunos com necessidades educativas especiais: subsídios para o sistema de educação*. (Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 1998), 59.

individualização de intervenções educativas através de Planos Educativos Individualizados (PEI) e de Programas Educativos (PE) com o objetivo de responder às necessidades educativas desses alunos. Introduz, também, o conceito de Meio Menos Restritivo Possível (MMRP), ou seja, a criança com necessidades educativas e o seu afastamento dos ambientes educacionais regulares deve ocorrer somente quando a natureza ou a gravidade da problemática o proclame. Este Decreto-lei foi, assim, um mediador entre os modelos de atendimento às precisões dos alunos com necessidades especiais, intentando que os serviços a prestar decorressem, sempre que possível, nas escolas regulares de ensino.

Entre 2006-2009 surge o I Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidades, trazendo consigo uma melhoria da qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais.

A Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto é a Lei da não Discriminação, que consagra a proibição e a punição da discriminação, por motivos de deficiência/incapacidade ou a existência de risco agravado de saúde.

Assistimos, mais recentemente, à publicação do Decreto-lei 3/2008, de 7 de Janeiro, que vem revogar o Decreto-lei 319/91 e onde está evidente, também, o objetivo da inclusão. O Decreto-lei 3/2008 traz os apoios especializados de Educação Especial no quadro do referencial inclusivo. Temos finalmente uma escola que se pretende para todos!

O artigo 2 deste Decreto-lei refere que” A educação especial tem por objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais (...).”

Este Decreto amplia o âmbito da educação aos alunos com necessidades especiais ao pré-escolar e ao ensino particular e cooperativo, o que o Decreto-lei n.º 319/91 só dizia respeito ao ensino público; introduz a definição da população alvo da educação especial, assim como os objetivos desta última, circunscrevendo essa população às crianças e adolescentes que apresentam NEE, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente que se traduzem em dificuldades continuadas em diferentes domínios carecendo, por isso, da mobilização de serviços especializados para a promoção do seu potencial de funcionamento biopsicossocial. Define os direitos e deveres dos pais/encarregados de educação no exercício do poder da parentalidade, nos aspetos relativos à implementação da educação especial junto

dos seus educandos e insere os procedimentos a ter no caso em que estes não exerçam o seu direito de participação neste domínio. Estabelece um único documento oficial denominado Programa Educativo Individual (PEI), o qual fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação utilizadas, para cada aluno; introduz nos itens do PEI os indicadores de funcionalidade, bem como os fatores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à participação e à aprendizagem, por referência à CIF⁸¹; estabelece que o PEI deve ser feito de uma forma conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo turma ou diretor de turma, conselho de turma inerente, o docente de educação especial e pelos serviços implicados na elaboração do relatório e para além de outras alterações introduz a figura do coordenador do PEI, na pessoa do diretor de turma.

2.2. Fragilidade, limitação e vulnerabilidade

Desde o nascer ao ocaso da vida, o ser humano apresenta-se frágil, limitado e vulnerável, tem necessidade do outro numa pirâmide invertida da vida, na qual começamos por andar ao colo dos pais e mais para o fechar do palco voltamos a necessitar do colo, só que agora com papéis invertidos.

“Somos seres frágeis, porque somos pessoas e porque diariamente temos limites e somos vulneráveis. As nossas defesas nem sempre estão alerta para situações que ultrapassam o normal funcionamento das rotinas do quotidiano. Por vezes, vamo-nos abaixo, sentimos as forças a enfraquecer e desmotivamos facilmente. Para mim, não existem pessoas perfeitamente normais, porque todos nos deparamos com dificuldades ou limitações, aos mais diversos níveis, ao longo da vida. Ao conhecermos esses mesmos limites ou fragilidades tentamos superá-las de modo a conseguir minimizar os entraves que nos poderão causar. Com mais ou menos força de vontade é assim o dia a dia de cada um de nós. Esta constante batalha entre o reconhecimento das nossas limitações e a força (ou não) de vencer levam cada pessoa a caminhar e a alcançar o que pretende”⁸². - É pois esta a nossa ideia-chave que irá ser sustentada com base em alguns autores.

⁸¹ Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

⁸² Texto retirado do meu diário.

Para o escritor Evaristo Miranda⁸³, todos são pessoas com deficiência em potencial, pois o advento do envelhecimento pode conduzir a limitações de ordem sensorial, motora ou mental. Contudo, a limitação na funcionalidade do corpo pode ocorrer ao longo da vida, à constatação de que “a deficiência faz parte da condição humana”⁸⁴.

Se as formas de discriminação se apresentam por variadíssimos motivos, mais acresce quando a pessoa possui uma necessidade especial. As pessoas com necessidades especiais frequentemente são vítimas de discriminação e preconceito numa sociedade que privilegia a estética, a imagem e a produtividade.

O cristão que preza a sua dignidade, enquanto ser pessoa, tem o dever de prover a todos, sem exceção, uma educação progressiva e articulada para que o aluno seja feliz, num ambiente de harmonia social.

O olhar lançado às pessoas com deficiência contextualizou uma realidade marcada pela pobreza, desigualdade, preconceito, discriminação, injustiça e exclusão. A expressão “cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25,40) implica encontrar no rosto destes excluídos o rosto de Cristo.

No Evangelho, primeiramente, a deficiência, juntamente com a doença e a miséria, é vista como uma maldição⁸⁵, infelicidade e castigo aos infiéis (Dt 28,28) em oposição à bênção reconhecida com riqueza e saúde que asseguram felicidade (Jb 11,13-20). Essa contradição bênção-maldição, característica fundamental da teologia bíblica da retribuição, presente no Antigo Testamento, claramente aparece no Novo Testamento, na interrogação que os discípulos fazem a Jesus, por ocasião da cura do cego de nascença (Jo 9,1-2), influenciados pela tradição rabínica de que a cegueira indicava maldição decorrente de pecado pessoal ou herdado⁸⁶. Jesus rompe explicitamente com esta conceção ao responder aos discípulos. Contudo, ainda no

⁸³ Evaristo Miranda, *Maravilhas a caminho: Acolher um deficiente, viver nossas deficiências*. (S. Paulo:Loyola, 2005), 13.

⁸⁴ OMS, Relatório Mundial sobre a Deficiência. (2012), 7.

⁸⁵ Todavia, uma leitura de Gn 32,25-26 permite aferir a deficiência como uma bênção. Com efeito, a narrativa apresenta a bênção divina a Jacó, no momento posterior ao que foi atingido e ferido por Deus no músculo da coxa, o que o deixa manco.

⁸⁶ ‘Também o espiritismo popularizou a ideia de que os sofrimentos atuais podem ser explicados como castigos para erros cometidos em vidas passadas, unindo ao conceito de carma as crenças na retribuição e na individualidade da culpa. Assim, a antiga crença na retribuição ganhou versões atuais.’ (CNBB, 2006, n. 296).

Antigo Testamento, a passagem de 2Sm 9, 1-13 mostra uma história do amor superando o preconceito, pois num tempo e espaço onde a sociedade e a religião entendiam a pessoa com deficiência como alguém amaldiçoado por Deus, merecedor de isolamento para não propagar a maldição, David atua de forma amorosa, exercitando a bondade e a justiça, ao invés de se acomodar aos valores e preconceitos de seu tempo e omitir-se.⁸⁷

A teóloga e educadora, Elizabete Costa Renders,⁸⁸ refere que na sua vida pública, Jesus cortou barreiras sociais do seu tempo, aproximando-se de pecadores, mulheres, crianças, leprosos, entre outros. Deste modo, o acesso a Deus, que se abre a todos, é feito na pessoa de Jesus, que no seu agir rompe com a tradição dominante expressada no binómio maldição-impureza.

Postulando um retorno às fontes, no item 29 da Constituição Conciliar *Gaudium et Spes* é possível extrair, a partir da leitura de Gn 1,27, a igualdade essencial entre todos os homens:

“Dotados de alma racional e criados à imagem de Deus, todos os homens têm a mesma natureza e a mesma origem; redimidos por Cristo, todos gozam da mesma vocação e destinação divina: deve-se, portanto, reconhecer cada vez mais a igualdade fundamental entre todos. Na verdade, nem todos os homens se equiparam na capacidade física, que é variada e nas forças intelectuais e morais, que são diversas. Contudo, qualquer forma de discriminação nos direitos fundamentais da pessoa, seja ela social ou cultural, ou funde-se no sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião deve ser superada e eliminada, porque contrária ao plano de Deus (...)”.

A partir de então, a Igreja passou a demonstrar interesse e preocupação pela realidade das pessoas com deficiência, fixando magistério a respeito. Uma vez que todos são chamados a ser sal da terra e luz do mundo⁸⁹, o ano de 1988 é marcado pela Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifidelis Laici*, na qual João Paulo II reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos ativos na Igreja e no mundo. Antes, porém, no ano de 1979, o item 41 da Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*⁹⁰ refere que crianças e jovens com deficiência física ou mental “têm o direito, como os outros, de colher o mistério da fé”.

⁸⁷ Trata-se da narrativa de Mefibaal, neto do falecido Rei Saul e filho de Jonatas, aleijado de ambos os pés por conta de um acidente na infância (2Sm 4, 4). Ele vivia sob os favores do rico Maquir. Como Davi prometera bondade para com os descendentes de Jonatas, de quem fora grande amigo (1Sm 20, 14-17), manda buscá-lo, colocando-o sob sua proteção e integrando-o à família, porquanto passou a comer sempre à mesa do rei como um filho (segundo 2Sm 9, 11.13), restituindo-lhe todas as propriedades que pertenceram a Saul.

⁸⁸ Elizabete Costa Renders, A inclusão de pessoas com deficiência: a responsabilidade social das Igrejas. Revista Caminhando, v. 16, n. 2, p. 68, jul/dez 2011.

⁸⁹ Cf Mt 5,13-16.

⁹⁰ Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*.

Já o Diretório Geral para a Catequese, n.º 149 diz-nos que:

“Toda a comunidade cristã considera como pessoas prediletas do Senhor aquelas que, particularmente entre as crianças, sofrem de qualquer tipo de deficiência física e mental e de outras formas de dificuldades. Uma maior consciência social e eclesial e os inegáveis progressos da pedagogia especial fazem com que a família e outros lugares de formação possam hoje oferecer, a essas pessoas, uma adequada catequese, à qual têm direito, como batizadas, e se não batizadas, como chamadas à salvação. O amor do Pai para com estes filhos mais frágeis e a contínua presença de Jesus com o seu Espírito nos dão a confiante certeza de que toda pessoa, por mais limitada que seja, é capaz de crescer em santidade.”

Hoje, no entanto, pessoas com necessidades especiais têm maior probabilidade de desemprego e baixos salários quando empregadas, o que pode intensificar com a gravidade da deficiência, bem como podem enfrentar custos extras associados ao tratamento médico ou a necessidade de assistência pessoal. Deste modo, é mais difícil para as pessoas com vulnerabilidades beneficiarem do desenvolvimento e sair da pobreza ⁹¹.

Um crescimento em consciência do bem e no exemplo de Jesus Cristo terá de permitir uma prática constante nas nossas vidas, nas nossas escolas, enquanto professores, enquanto pais presentes e atentos, enquanto cidadãos do mundo, em geral, e da comunidade paroquial onde nos integramos em particular. Todos nós teremos de ser promotores de uma sociedade mais justa e solidária. Sob o objetivo de atuar na evangelização das pessoas com necessidades especiais devemos envolver-nos em projetos que articulem a inclusão das mesmas nos mais variados contextos da sociedade. Lutar contra a discriminação deverá ser o objetivo de todos, pois o maior desafio é superar a barreira atitudinal.

⁹¹ OMS, 2012, 10.

2.3. O cuidar e o respeito pela diferença

“Graças, Senhor, pelo milagre de acordar. O sono não me reteve, nem a noite me guardou, antes me entrega ao dia, a um novo dia. Graças, Senhor, pela claridade da manhã, que convida a transformar o novo dia num dia novo. Graças, Senhor, pelas hesitações; graças pelas dúvidas; graças pela fragilidade que me agonia. Dou-te graças, Senhor, porque as dúvidas, as hesitações, a fragilidade lembram-me que não sou uma máquina, um artefacto dos sonhos de alguém ou dos meus próprios. Sou um ser humano, e esta consciência inunda o meu acordar com uma onda de ternura e de solidariedade com todas as criaturas que habitam o mundo e com o Criador, que és Tu; Senhor da criação, Senhor da vida, Senhor do sono e do Despertar!”⁹²

A vida é um dom que nos é oferecido por Deus e como tal devemos respeitá-lo, conforme refere o Evangelho de S. Mateus “dou-vos um mandamento: que vos ameis uns aos outros; que, assim como Eu vos amei, vós também vos ameis uns aos outros. É por isto que todos saberão que sois Meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo. 13,34).

O Conselho Pontifício Justiça e Paz repercute estas palavras realçando que o respeito pela dignidade da pessoa passa por ter em conta o outro como sendo seu próximo e por ter em consideração a sua vida e os meios necessários para que esta possa ser condigna, daí que seja importante que os programas sociais, científicos e culturais também sejam direccionados para essa realidade⁹³. Nesta linha de pensamento deriva a condição fundamental do Evangelho da vida: cuidar de nós mesmos e do nosso semelhante. O ser humano criado à imagem e semelhança de Deus não pode ser usado como instrumento ao serviço de alguém. Esta atitude prova desrespeito e é um atentado à vida e à sua dignidade conforme refere João Paulo II na Encíclica *Evangelium Vitae* “tudo aquilo que se opõe à vida, seja homicídio, genocídio, aborto, eutanásia ou suicídio voluntário, bem como tudo o que viola a integridade da pessoa e ofende a sua dignidade, é infame e corrompe a civilização humana”⁹⁴. Esta atitude de renúncia de qualquer desrespeito pela vida mostra o carácter inalienável dos direitos humanos.

A ética vigente exige o respeito pela pessoa e pelos seus direitos, garantindo o exercício da liberdade e o reconhecimento básico dos valores da igualdade e o reconhecimento essencial do valor da fraternidade, que excluem quaisquer segregações. No entanto, apesar da consciência universal dos direitos humanos, o preconceito e a discriminação continuam a gerar ataques à

⁹² Isabel Varanda, *Na noite mora a promessa*, (Prior Velho: Paulinas Editora, 2014), 175.

⁹³ Conselho pontifício Justiça e Paz, *Compêndio da Doutrina...*, op. Cit. n.º105.

⁹⁴ João Paulo II, *Carta encíclica sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana (Evangelium Vitae)*, (Braga: Editorial A. O., 1995).

dignidade humana. Muitos grupos minoritários ou “não produtivos” continuam numa condição de desamparo. Ideologias racistas e fanatismos políticos e religiosos continuam a dizimar vidas humanas. Crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais e doentes terminais continuam a ser maltratados.⁹⁵

Reportando-nos à terceira aula da Prática de Ensino Supervisionada, de Educação Moral e Religiosa Católica, num universo de 15 alunos, do nono ano de escolaridade, do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro, ao realizarem um questionário (Anexo 1):

1. Quando lhes foi questionado se entendiam que existem grupos minoritários e quais, a totalidade respondeu afirmativamente, salientando as mulheres negras, as pessoas com necessidades especiais, as crianças, os refugiados, os ciganos e os idosos;

2. Quando lhes foi questionado se já presenciaram atitudes agressivas ou de maus tratos na escola e para descreverem a situação, sete alunos responderam negativamente e oito alunos responderam afirmativamente, referindo que as situações foram de brigas verbais, como ofensas, gozos e humilhação pública por causa da aparência ou do aspeto físico. Desses oito alunos, alguns referiram que já presenciaram a lutas e violência física;

3. Quando lhes foi questionado se consideravam as pessoas com necessidades especiais, um grupo minoritário, nove alunos referiram não as considerar um grupo minoritário e seis alunos referiram que sim;

4. Quando lhes foi questionado se achavam que os alunos com necessidades especiais estavam inseridos na comunidade escolar e se não, o que fazes para os inserir, onze alunos responderam que estavam inseridos e apenas quatro responderam que não. Desses quatro, dois alunos responderam que os convidam a ir para o grupo deles, os outros dois alunos responderam que não fazem nada e surgiram estas respostas “sou apenas uma pessoa que passa por eles”, “nunca convivi com eles”.

Este questionário serviu para perceber a sensibilidade dos alunos desta turma relativamente à questão da diferença social. A maioria destes adolescentes possui uma atitude

⁹⁵ Manual do 9º ano, “Quero ser!”, (Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015), 21.

de cuidado, preocupação e de respeito pela diferença, fruto de um excelente trabalho realizado pela professora de Educação Moral e Religiosa Católica ao longo dos anos, pela família, comunidade paroquial e escola.

Isso percebeu-se claramente aquando das discussões orais na turma. No entanto, este cuidado e respeito deve merecer um contínuo desenvolvimento para se tornar mais consubstancial. As crianças, os adolescentes e os jovens, cada vez mais, precisam de referências ético-morais, positivas, de esperança, nas suas vidas, porque as “solicitações” para a indiferença e para o desprezo pelo outro tornam-se muito constantes e frequentes. O papel do professor de Educação Moral e Religiosa Católica será preponderante para o esclarecimento, reflexão e amadurecimento deste e de outros temas.

Síntese

Chegámos ao culminar do segundo capítulo com a consciência de que a base está alicerçada para podermos avançar para o último momento deste trabalho, mais especificamente para a prática de ensino supervisionada.

Ao longo do segundo capítulo pretendemos refletir e, de certo modo, promover uma maior consciência social, com base nos indiscutíveis progressos da pedagogia especial, para uma inclusão verdadeira de todos os que são discriminados, mais especificamente as pessoas com necessidades educativas especiais.

Cada um de nós terá de ser fermento de uma sociedade mais justa, equilibrada e solidária. Com o propósito de atuar na evangelização com as pessoas com necessidades especiais, devemos abraçar projetos que articulem a inclusão das mesmas nos mais diversos contextos da sociedade. Teremos de perceber então que o valor da vida implica um agir ético em situações vitais do nosso quotidiano.

No terceiro capítulo, será dada a continuação da abordagem do tema “Dignidade da Vida Humana” no contexto da prática de ensino supervisionada.

Antes de mais, convém salientar que existe um programa a cumprir desta unidade letiva 1 do nono ano de escolaridade. No entanto, a abordagem das Necessidades Educativas Especiais foi trabalhada sempre que assim o entendemos.

CAPÍTULO III - PROPOSTA PEDAGÓGICA E DIDÁTICA PARA A LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA “DIGNIDADE DA VIDA HUMANA”

“Para aprender os conteúdos é suficiente o computador, mas para compreender como se ama, para compreender quais são os valores e os costumes que criam harmonia na sociedade é necessário um bom professor.”⁹⁶ Com a frase atrás referida, não queremos subvalorizar os conteúdos de uma unidade letiva, no entanto, se os mesmos não tiverem um pedagogo que não invista nas relações humanas os conteúdos dificilmente alcançarão o seu propósito.

Iniciaremos este terceiro capítulo realizando uma contextualização programática da Unidade Letiva 1, do nono ano de escolaridade, “Dignidade da vida humana”. Em seguida, será feita uma descrição da turma de intervenção, bem como das respetivas planificações (descrição das aulas) e dos planos (grealha das aulas) e ainda de todo o processo avaliativo.

1. Contextualização programática da Unidade Letiva

Segundo o Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, a unidade letiva 1, “Dignidade da vida humana”, corresponde a uma das três unidades propostas no programa do 9.º ano do 3.º Ciclo do Ensino Básico e focaliza a sua importância no valor da vida. Esta é, na verdade, uma das mais importantes unidades letivas, porque orienta os alunos para uma reflexão e compreensão do valor primordial: a dignidade da vida humana.

A vida é decifrada como uma dádiva de Deus, o primordial direito humano que deve ser preservado e respeitado, pois trata-se de um dom gratuito de Deus. Todavia, existem variadíssimos atentados à dignidade da vida humana, nomeadamente os preconceitos sociais e raciais face a pessoas negras, estrangeiros, ciganos e a refugiados, a membros de religiões minoritárias, a pessoas com necessidades especiais, a idosos, a crianças e a doentes terminais (entre outros). É, neste sentido que a unidade letiva nos propõe um estudo e aprofundamento desta temática, tutelando sempre a dignidade e inviolabilidade da vida humana.

Do programa de EMRC, destacamos as metas curriculares abordadas nesta Unidade Letiva:

Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana;

⁹⁶ Francisco, “Papa Francisco desafia professores a estar presentes nas periferias”, documento consultado no site da Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã – EDUCRIS, in <http://www.educris.com/v2/emrc/4879-papa-francisco-desafia-professores>, acessado em 10 de maio de 2017.

M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano; E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo;

L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.

Para a leção desta unidade, decidimos agrupar os seus conteúdos em seis aulas, a decorrer no 2.º período do ano letivo 2016/2017, conforme mostram as planificações, seguidamente apresentadas.

Assim, começamos por lecionar o conceito de dignidade, a compreensão da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a vida como uma dádiva de Deus. Após a assimilação destes conteúdos, pareceu-nos oportuno abordar o valor da vida humana nas religiões, dar a própria vida pelo outro e dar a vida pela verdade libertadora. De seguida, foram apresentados os grupos em desvantagem social (pessoas negras, ciganos, refugiados, pessoas com necessidades especiais, idosos, crianças, doentes terminais, entre outros) e alguns exemplos de atentados à dignidade da vida humana, para que os alunos pudessem fundamentar e indicar atitudes promotoras de dignidade, tendo como base a “Parábola do Bom Samaritano”. Fizemos também uma abordagem aos conteúdos: o início da vida humana, o aborto e a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias, *Evangelium Vitae*. A leção da unidade letiva foi concluída com uma síntese global dos conteúdos abordados e com a avaliação dos alunos.

O conjunto das seis aulas decorreu de forma bastante positiva e ficou bem clara a importância do valor da vida e a necessidade de a respeitar, valorizar e preservar. Convém ainda referir que durante todo o processo de planificação tivemos sempre em linha de atenção os acontecimentos da atualidade, acrescentando-os sempre que oportuno, como foi o caso dos refugiados da Síria na Europa, sem nunca deixar, no entanto, o fio condutor que orienta as metas e os objetivos a atingir.

2. Descrição contextualizada da turma (9ºD e E)

Depois de realizada a contextualização programática da unidade letiva é o momento de direcionar a nossa atenção para o contexto da leção desenvolvida no Agrupamento de Escolas Tomaz Ribeiro de Tondela, na junção das turmas D e E do 9.º ano de escolaridade, sob a orientação científica da Prof.ª Doutora Isabel Varanda e da orientadora cooperante Professora Isabel Baptista. Assim, numa primeira fase, vamos proceder a uma breve descrição da escola onde foi efetuada a leção, seguindo-se uma caracterização contextualizada da turma de intervenção.

A escola é, antes de mais, o primeiro espaço social que a criança contacta depois da experiência familiar, sendo o lugar de excelência para a realização de aprendizagens, para a estimulação, para o desenvolvimento, para a partilha de experiências e de conhecimentos, competências estas importantes para a aquisição de atitudes e de comportamentos. Deste modo, a escola é um “corpo vivo onde corre sangue e lágrimas e risos, onde se toma o pulso e se escutam os ritmos da sociedade, onde, de sala em sala, e por todos os espaços, circulam correntes de conhecimento, dinâmicas de aprendizagem, desenvolvimento e prática de autonomia, princípio que instrui o direito inabalável à autodeterminação do projeto de vida de todo e de cada cidadão”⁹⁷

Depois desta breve referência ao papel da escola, torna-se premente descrever e caracterizar resumidamente a escola de intervenção.⁹⁸

O Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro foi criado por decisão do Ministério da Educação e Ciência e resultou da agregação de três unidades de gestão, até aí independentes: a Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Tondela, as Escolas de Campo de Besteiros e as Escolas do Caramulo. A Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Tondela passa a escola sede do novo Agrupamento.⁹⁹ O Agrupamento de escolas de Tondela Tomaz Ribeiro é constituído por vinte estabelecimentos de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário.

Relativamente aos princípios orientadores, o Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro procura promover a formação de cidadãos livres, responsáveis, informados, autónomos e solidários. Pretende estimular nos alunos um espírito democrático e pluralista, crítico e respeitador da diferença, criativo e empreendedor, para que possam ser autênticos agentes de transformação da sociedade atual.¹⁰⁰

⁹⁷ Isabel Varanda, *Multiculturalidade e diversidade religiosa. Novos desafios para a escola e as religiões*, in *Communio*, XXIII (2006/4), 397.

⁹⁸ O concelho de Tondela integra 19 freguesias e abrange uma área de 371,22 km² com 28946 habitantes (2011). É, no distrito de Viseu, o segundo maior concelho em termos de densidade populacional, apresentando uma diversidade de paisagens em que se conjugam a montanha, a zona planáltica e fértil do Vale de Besteiros, espaços florestais, áreas agrícolas e vitivinícolas.

⁹⁹ A escola sede, embora alvo de melhoramentos pontuais evidencia insuficiente conservação, algumas infiltrações e degradação dos espaços interiores, proporcionando pouco conforto e um ambiente pouco acolhedor. O mobiliário também é antigo e desadequado às atividades letivas, sobretudo experimentais.

¹⁰⁰ Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro, acedido em 10/05/2017 file:///C:/Users/Paula%20Jorge/Desktop/projeto_educativo_aettr_2014-1.pdf

Quanto à caracterização da turma de intervenção, a PES decorreu, como já se referiu, na turma D/E do 9.º ano de escolaridade. Era composta por 15 alunos, oito do sexo masculino e sete do sexo feminino, com idades compreendidas entre os treze e os quinze anos. Importa referir que existia um caso de uma aluna com NEE.

É possível fazer algumas considerações sobre o grupo: era uma turma empenhada, participativa e motivada que cumpria com satisfação as tarefas propostas. Apresentava um comportamento muito bom, cumprindo sempre as regras da sala de aula. Com um grande potencial crítico, assimilaram as competências previstas, fazendo intervenções muito oportunas e pertinentes.

De sublinhar que durante todo o percurso da PES, os alunos demonstraram motivação e interesse por todos os conteúdos lecionados, participando de forma ativa e organizada. Mostraram uma grande abertura face aos recursos e às estratégias utilizadas, bem como uma grande empatia, espírito de cooperação, respeito e sentido de responsabilidade.

3. Planificação (descrição das aulas) e Planos (grelha das aulas)

Antes de realizar uma planificação detalhada da unidade letiva 1 “Dignidade da vida humana”, importa sublinhar a importância da planificação, enquanto fio condutor desta reflexão. A planificação das atividades e dos conteúdos programáticos a lecionar é muito importante, pois dela depende o bom funcionamento da atividade docente.

Podemos definir a palavra planificar como a conversão de uma ideia ou propósito num curso de ação¹⁰¹.

Após um conhecimento prévio sobre a turma, nomeadamente o ritmo de trabalho, necessidades educativas especiais, comportamento, participação e empenho, é realizada uma planificação para cada período letivo, privilegiando as unidades curriculares. É uma planificação pormenorizada, feita aula a aula, implicando uma correta e adequada gestão do tempo e das atividades para que os conteúdos sejam lecionados.

A utilização de uma grelha uniformizada (planos de aula) permite construir momentos de aula mais dinâmicos e interessantes. Aqui se registam as metas de aprendizagem, os objetivos a atingir, as estratégias de ensino, os recursos utilizados, a avaliação e o tempo de duração de cada aula.

¹⁰¹ Cf. Miguel Zabalza, *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*, (Porto: Edições ASA, 2000), 47.

Face ao que foi exposto, passaremos de seguida a descrever as propostas de lecionação planificadas e implementadas na PES:

Planificação da aula 1/6:

Na primeira aula da Unidade Letiva as metas a trabalhar são: (Q) Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana; interpretar produções textuais que aludem à dignidade da vida humana e (M) Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. Mais especificamente, pretendemos que os alunos sejam capazes de reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais e compreender o valor da vida. Deste modo, no final da aula os alunos devem ter assimilado a definição de dignidade, compreender o valor da vida como dádiva de Deus, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A aula começa com o acolhimento e saudação aos alunos e com a respetiva apresentação da professora. Regista-se o sumário e faz-se uma breve contextualização da Unidade Letiva 1 “A dignidade da vida humana”. A primeira estratégia utilizada é um *brainstorming*, em que os alunos dizem palavras relacionados com o que entendem por dignidade. De seguida, a professora lê o texto da página 9 “Tu és especial” e convida os alunos a emitirem a sua opinião. Proceder-se-á à apresentação de um *PowerPoint* (Anexo 2) sobre a dignidade, assim como um vídeo sobre a Declaração Universal do Direitos Humanos¹⁰² com o objetivo de elucidar os alunos sobre a temática para depois construírem, em conjunto, uma definição sobre a dignidade, registada no quadro e nos respetivos cadernos diários. A docente distribui, pelos alunos, o documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰³.

O diálogo é a estratégia que se privilegia ao longo do estudo do tema. Proceder-se de seguida à elaboração da tarefa do manual (página 13). Realizada a tarefa, é tempo de fazer a correção da mesma. A aula termina com uma síntese oral por parte da professora, aproveitando para avaliar os alunos. A docente solicita, aos alunos, um trabalho para casa que consta em escolherem um direito humano e registarem, no caderno diário, a justificação da sua escolha. Finalmente, há a despedida entre os alunos e a professora.

¹⁰² <https://www.youtube.com/watch?v=9EJK13bt6PA> , acedido em 18/05/2017.

¹⁰³ <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> acedido em 18/05/2017

Planificação da aula 2/6:

Na segunda aula pretende-se trabalhar as seguintes metas curriculares: (Q) Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana e (M) reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. Com vista a atingir estas metas, pretende-se que os alunos sejam capazes de interpretar produções textuais que aludam à dignidade da vida humana, reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais e compreender o valor da vida. Assim, os conteúdos a desenvolver são: o valor da vida humana nas religiões, o valor da vida, dar a própria vida pelo outro e dar a vida pela verdade libertadora.

A aula iniciar-se-á com a saudação e o acolhimento dos alunos. O passo seguinte é o registo do sumário da aula - Consolidação dos conteúdos da aula anterior. Correção do trabalho de casa. O valor da vida humana nas religiões. Introdução ao tema “O valor da vida”.

A professora questiona os alunos sobre o que foi tratado na aula anterior, aproveitando para fazer uma breve revisão dos conteúdos lecionados. Faz-se a correção dos trabalhos de casa, solicitando a participação de todos (escolha de um direito humano e justificação; tarefa da página 13: “qual a finalidade das declarações dos direitos humanos?”).

A professora pede a um aluno para ler a definição de dignidade (registada no caderno diário, na aula anterior) e faz a ligação com a aula de hoje: o valor da vida. Como motivação, propõe-se aos alunos que escutem a música “A vida é sempre já”¹⁰⁴, de modo a responderem à questão: Como podemos valorizar a vida? (A professora regista a pergunta no quadro e solicita que os alunos também a registem no caderno diário, antes de escutarem a música). Depois de escutarem a música, os alunos escreverão as suas respostas no caderno diário e partilharão com a turma. A fim de mostrar que todas as religiões exaltam o valor da vida, a professora solicita aos alunos a leitura, em voz alta, dos textos das religiões das páginas 14 e 15 do manual.

Posteriormente, em jeito de conclusão, a docente dita, para registo no caderno diário, o seguinte: “Todas as religiões enaltecem o valor da vida e da dignidade humana, promovendo o respeito pela pessoa”.

A professora distribui um cartão a cada aluno e solicita que, após visualização do PowerPoint sobre o valor da vida (Anexo 3), escrevam uma palavra, no cartão, que resuma

¹⁰⁴ https://www.youtube.com/watch?v=m_pOJzSWjWs, acessido em 18/05/17.

o que viram. No final, cada aluno irá levantar o cartão e ler a sua palavra. A professora recolhe os cartões e concentra-os, com pioneses, no *placard* de cortiça da sala de aula (Anexo 4).

A professora pede aos alunos que façam uma síntese dos conteúdos da aula e realiza a avaliação formativa.

Finaliza a aula, solicitando, para trabalho de casa, uma pesquisa do percurso de vida da jovem Malala Yousafzai, para que os alunos se manifestem, na aula seguinte, sobre este testemunho de vida.

Terminar-se-á a aula com a despedida entre os alunos e a professora.

Planificação da aula 3/6:

A terceira aula centrará o seu estudo no valor da vida e nos atentados à dignidade da vida humana. À semelhança das aulas anteriores tem como metas curriculares: (Q) Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana e (M) reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.

Pretende-se que os alunos compreendam o verdadeiro valor da vida e que interpretem criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social. Os principais conteúdos a desenvolver são: O valor da vida. Dar a vida pelo outro e grupos em desvantagem social.

A aula começa com a respetiva saudação e o acolhimento aos alunos. Segue-se o registo do sumário nos cadernos diários: Consolidação dos conteúdos da aula anterior. Correção do trabalho de casa. O valor da vida. Atentados à dignidade da vida humana. Os preconceitos sociais e religiosos contra grupos minoritários.

Após uma breve revisão, solicitada aos alunos, dos conteúdos tratados na aula anterior, faz-se a correção dos trabalhos de casa, pedindo a participação de todos (pesquisa sobre o percurso de vida da jovem Malala Yousafzai).

De seguida, proceder-se-á à visualização de um *PowerPoint* (Anexo 5) com a projeção de imagens sobre os atentados à vida humana e sobre discriminação. Depois da sua visualização, a docente entrega a cada aluno uma ficha de trabalho/questionário para procederem à sua realização (Anexo 6). Finda a elaboração do trabalho individual, cada aluno expõe à turma as respetivas respostas.

Por fim, a professora pede aos alunos que façam uma síntese dos conteúdos da aula.

A professora propõe para trabalho de casa a realização da tarefa 10, da página 26, do manual.

Concluiremos a aula com a despedida entre os alunos e a professora.

Planificação da aula 4/6:

Na quarta aula serão desenvolvidos novamente conteúdos relacionados com o valor da vida. Deste modo, as metas curriculares a trabalhar são: (E) identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo e (M) reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. Neste sentido, os objetivos a atingir pelos alunos são o aprofundar da mensagem cristã sobre o amor ao próximo, a dignidade da vida humana e identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana. Os principais conteúdos a desenvolver incidem sobre a parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, valorizar a vida, tornando-se este próximo de quem precisa.

Encetamos a aula com a saudação e o acolhimento aos alunos. É registado o sumário da aula - Consolidação dos conteúdos da aula anterior. Correção do trabalho de casa. O valor da vida. Mensagem cristã sobre o amor ao próximo. A dignidade da vida humana em atitudes.

A professora solicita, aos alunos, uma breve revisão dos conteúdos tratados na aula anterior. Faz-se a correção dos trabalhos de casa, solicitando a participação de todos (realização da tarefa 10, da página 26 do manual - Comenta a frase: “A Igreja sente o dever de, com coragem, dar voz a quem a não tem”).

Nesta sequência, a docente projeta um filme¹⁰⁵ onde mostra uma pessoa mal vestida que pede ajuda a quem passa por ela na rua. A reação das pessoas é de desprezo e de afastamento. Apenas um sem-abrigo, que nada tem, tira o seu casaco e lho dá com aconchego. Após a projeção do filme, a docente, explicando que esta aula tem momentos de silêncio e de reflexão pessoal, entrega a cada aluno uma folha com um texto (Anexo 7). Cada aluno irá ler o texto em silêncio. Esta história retrata a Parábola do Bom Samaritano, mas com personagens da atualidade. Após a leitura do texto, a docente pede aos alunos para lerem a Parábola do Bom Samaritano da página 30 do manual. Depois desta leitura, a professora solicita aos alunos um debate, no qual, relacionem o primeiro filme com o segundo texto e ainda com a Parábola do Bom Samaritano.

Em jeito de conclusão, a docente convida à leitura dos três últimos parágrafos do manual e do “Agora Sei” (página 33) que resumem a Parábola e fazem a ponte para Jesus Cristo.

¹⁰⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=NvoWBbYxdwc> , acedido em 19/05/17.

Planificação da aula 5/6:

Na quinta aula pretende-se que os alunos consolidem a importância da parábola do Bom Samaritano, do amor ao próximo e da dignidade da vida humana em atitudes. Com base neste propósito, as metas trabalhadas na aula continuam a ser: (E) Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo e (M) reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. Os objetivos a atingir pelos alunos são o aprofundar da mensagem cristã sobre o amor ao próximo, a dignidade da vida humana e identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana. Para o efeito, serão desenvolvidos os seguintes conteúdos: a parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25- 37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa e as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.

A aula iniciar-se-á com a saudação e o acolhimento aos alunos. Depois, regista-se o sumário da aula - Consolidação dos conteúdos da aula anterior. Correção do trabalho de casa. Trabalho de grupo sobre a dignidade da vida humana em atitudes. A Mensagem cristã sobre o amor ao próximo.

A professora conduz os alunos para uma breve revisão dos conteúdos tratados na aula anterior. Faz-se a correção dos trabalhos de casa, solicitando a participação de toda a turma (tarefas: 16. Identifica situações atuais e concretas que esperam por parte do “bom samaritano” e 17. Refere situações em que tenhas agido como o sacerdote ou o levita da parábola).

A professora projeta, através de um *PowerPoint* (Anexo 8), frases e imagens que mostram atitudes que promovem a dignidade da vida humana. Depois, pede aos alunos para realizarem, individualmente, uma ficha de avaliação, onde estão inseridos todos os conteúdos tratados ao longo destas cinco aulas. Da ficha constam treze frases para colocarem verdadeiro e falso (Anexo 9). Posteriormente, a docente recolhe as fichas, projeta as perguntas e solicita a participação dos alunos.

A fase final da aula passará por uma síntese, feita pelos alunos, para melhor consolidação dos conteúdos abordados.

A professora explica a tarefa para trabalho de casa: realização de um comentário sobre a frase de João Paulo II que se encontra no final da página 35 do manual: “Não pode haver paz verdadeira sem respeito pela vida”.

Depois disto, a docente terminará a aula, despedindo-se dos alunos e desejando a continuação de bons estudos.

Planificação da aula 6/6:

Uma vez que esta será a última aula, sexta, na qual culmina a lecionação da Unidade Letiva, as metas curriculares a trabalhar serão: (M) Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano e (L) estabelecer um diálogo entre a Cultura e a Fé. Os objetivos a atingir são o aprofundar da mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana, identificar atitudes que promovem a dignidade da vida humana e relacionar os dados da ciência sobre a questão do início da vida humana com a perspetiva da Igreja. Com este intuito, serão desenvolvidos os seguintes conteúdos: a parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, as atitudes que promovem a dignidade da vida humana, o início da vida humana, o aborto, a eutanásia e a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias, *Evangelium Vitae*.

A aula terá início com a saudação e o acolhimento dos alunos para, de imediato, ser registado o sumário da aula – Entrega das fichas de avaliação. Enquadramento global dos conteúdos abordados na Unidade Letiva. Apresentação dos trabalhos de casa em *PowerPoint*. A vida humana: originalidade e beleza.

A docente entrega, aos alunos, as fichas de avaliação realizadas na aula anterior.

Será feito, pela docente, um enquadramento global, seguido de questionamento, aos alunos, sobre os conteúdos lecionados na Unidade Letiva, desde a primeira até à quinta aula.

Faz-se a apresentação dos trabalhos de casa em *PowerPoint* (Anexo 10), enviados para a professora, via *E-mail*, (comentário sobre a frase de João Paulo II que se encontra no final da página 35 do manual: “Não pode haver paz verdadeira sem respeito pela vida”).

Depois, será lido um conjunto de textos sobre o início da vida. Após esta leitura, a docente interpela os alunos: “E para vocês, onde tem início a vida humana?” - Os alunos são convidados a escrever as suas respostas no caderno diário. A docente dá aos alunos três minutos para a sua realização e depois convida os discentes a lerem as suas respostas oralmente.

A professora, com base no esquema da página 40 do manual, informa acerca da temática do aborto (conceito, legislação portuguesa e consequências, ao nível psicológico, para a mulher). De seguida, a professora convida os alunos a ver e a escutar, com o coração, em profundo silêncio, uma [“viagem no tempo”](#), desde Jesus até hoje. (Pretende-se que os alunos partam para a descoberta sobre o que nos diz a Igreja, em nome de Jesus, sobre a defesa da vida). A docente solicita aos alunos que registem no caderno diário as duas ideias principais, seguida de partilha das mesmas - (1.ª ideia: Jesus amava e defendia as crianças incapazes de se defenderem; 2.ª ideia: Jesus acompanhava os pobres, caídos na beira da estrada).

O último texto é sobre a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias (manual escolar, primeiro parágrafo do texto, página 44).

Depois desta leitura, a docente solicita aos alunos um trabalho de compromisso. A docente entrega, a cada aluno, um cartão e cada um, convidando a responder à seguinte questão/compromisso: **Como posso agir na promoção da dignidade da vida humana?** - Este será o título da cartolina e as respostas dos alunos serão lidas oralmente e afixadas na cartolina colocada no *placard* da sala (Anexo 11).

A docente, com a colaboração dos alunos, fará a síntese da aula.

A docente terminará a aula, agradecendo as suas participações e empenho. Despede-se de todos e oferece, a cada aluno, uma surpresa com a frase: A vida é valiosa e doce... (Anexo 12). - É colocada a música “Dar mais”¹⁰⁶.

No seguimento das planificações (descrições) aula a aula, só fará sentido apresentar de imediato os respetivos planos:


¹⁰⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=OF2zq0rn1ME> , acedido em 19/05/17

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Plano de Aula

Unidade Letiva 1: “Dignidade da vida humana”
Aula n.º 1/6

Ano: 9º Turma: D/E
Data: 07/02/2017
Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos		Avaliação formativa
SUMÁRIO: Introdução à Unidade Letiva: Dignidade da vida humana. A definição de dignidade. A vida como dádiva de Deus.			Acolhimento. Apresentação da professora. Registo do sumário.	<ul style="list-style-type: none"> Quadro e caneta Caderno diário 	5 min.	<ul style="list-style-type: none"> Assiduidade e pontualidade
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. Interpretar produções textuais que aludem à Dignidade de vida humana M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano	- Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais - Compreender o valor da vida como dádiva de Deus	- A definição de dignidade - Compreender o valor da vida como dádiva de Deus	- Breve contextualização da unidade letiva: Dignidade da Vida Humana. - Brainstorming sobre a palavra “Dignidade”. - Leitura do texto da pág. 9 “Tu és especial”. - Apresentação de um PowerPoint sobre a dignidade. - Apresentação de um vídeo sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.	Caderno diário - Manual - Computador e projetor Computador projetor	3 min. 5 min. 2 min. 5 min. 5 min.	- Atenção e empenho - Participação pertinente e oportuna - Cooperação com os colegas - Cumprimento das regras de sala de aula Verificar a capacidade de atenção e de concentração


A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

		- A Declaração Universal dos Direitos Humanos.	- Distribuição do documento “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.	- Fotocópias	2 min.	- Intervenções fundamentadas e críticas	
			- Construção de uma definição de dignidade.		5 min.		
			- Elaboração da tarefa da página 13 do manual.	- Caderno diário	5 min.	- Responsabilidade no cumprimento das tarefas propostas	
			- Correção da tarefa do manual.	- Manual	4 min.		
			-Trabalho para casa: escolher um direito humano e registar no caderno diário a justificação da escolha.	- Caderno diário	2 min.		
			- Despedida dos alunos e da professora.		2 min.		
<p>Síntese: Pretende-se que os alunos reconheçam a vida como um direito e valorizem a perspetiva cristã deste tema.</p>							

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Plano de Aula

Unidade Letiva 1: “Dignidade da vida humana” Aula n.º 2/6	Ano: 9º Turma: D/E Data: 14/02/2017 Tempo previsto: 45 minutos
--	--

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos		Avaliação formativa
SUMÁRIO: Consolidação dos conteúdos da aula anterior. Correção do trabalho de casa. O valor da vida humana nas religiões. Introdução ao conteúdo: “O valor da vida”.			Acolhimento. Registo do sumário.	Quadro Caderno diário	4 min.	<ul style="list-style-type: none"> Assiduidade e pontualidade
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	-Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.		-A professora questiona os alunos sobre o que foi tratado na aula anterior e faz uma breve revisão dos conteúdos lecionados.		3 min.	- Participação ativa e organizada
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	- Compreender o valor da vida.		- A professora faz a correção dos trabalhos de casa, solicitando a participação de todos (escolha de um direito humano e justificação; tarefa da página 13, qual a finalidade das declarações dos direitos humanos?). - A professora pede a um aluno para ler a definição de dignidade (registada na aula anterior) e faz a ligação com a aula de hoje: o valor da vida.	- Caderno diário	3 min.	- Participação empenhada
				- Caderno diário	3 min.	- Participação colaborativa

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

		<p>- O valor da vida humana nas religiões, o valor da vida, dar a própria vida pelo outro e dar a vida pela verdade libertadora.</p>	<p>- Motivação: A professora propõe aos alunos que registem no caderno diário a seguinte pergunta, registada também no quadro: Como podemos valorizar a vida? A professora coloca a música “A vida é sempre já” e no fim de escutarem a música, a professora pede aos alunos para escreverem, no caderno diário, a sua resposta e partilhem com a turma.</p> <p>- A fim de mostrar que todas as religiões exaltam o valor da vida, a professora solicita, aos alunos, a leitura, em voz alta, dos textos das religiões das páginas 14 e 15.</p> <p>- A professora dita, em jeito de conclusão, para registo no caderno diário: “Todas as religiões enaltecem o valor da vida e da dignidade humana, promovendo o respeito pela pessoa”.</p> <p>- A professora entrega um cartão a cada aluno e solicita que, após visualização do powerpoint sobre o valor da vida, escrevam uma palavra que resuma o que viram. Cada aluno irá dizer a palavra que escreveu. (A professora recolhe os cartões e concentra-os, com pioneses, no <i>placard</i> de cortiça da sala de aula).</p> <p>- A professora pede que os alunos façam uma síntese dos conteúdos da aula.</p> <p>- A professora solicita, para trabalho de casa, uma pesquisa do percurso de vida da jovem Malala Yousafzai, para que os alunos se manifestem, na próxima aula, sobre este testemunho de vida.</p> <p>- A aula termina com a despedida entre os alunos e a professora.</p>	<p>- Computador e projetor</p> <p>- Música “A vida é sempre já”</p> <p>- Caderno diário</p> <p>- Manual</p> <p>- Caderno diário</p> <p>- Cartão</p> <p>- <i>PowerPoint</i></p> <p>- <i>Placard</i> de cortiça e pioneses</p>	<p>4 min.</p> <p>5 min.</p> <p>3 min.</p> <p>2 min.</p> <p>5 min.</p> <p>5 min.</p> <p>4 min.</p> <p>2 min.</p> <p>2 min.</p>	<p>- Capacidade de atenção e de concentração</p> <p>- Intervenções fundamentadas e críticas</p> <p>- Participação colaborativa</p> <p>- Responsabilidade no cumprimento das tarefas propostas</p> <p>- Capacidade de atenção e de concentração</p> <p>Participação organizada</p>
--	--	--	---	--	---	---

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

--	--	--	--	--	--	--

Síntese:

A vida como o valor, ponto de partida para todos os outros. A vida humana como um valor transversal a todas as culturas e religiões.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais


Plano de Aula

Unidade Letiva 1: “Dignidade da vida humana”
Aula n.º 3/6

Ano: 9º Turma: D/E

Data: 21/02/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos		Avaliação formativa
			Acolhimento. Registo do sumário.	Quadro Caderno diário	5 min.	Assiduidade e pontualidade.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

<p>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p>	<p>Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.</p>	<p>- O valor da vida. - Dar a vida pelo outro.</p> <p>- Grupos em desvantagem social.</p>	<p>- A professora questiona os alunos sobre o que foi tratado na aula anterior e faz uma breve revisão dos conteúdos lecionados.</p> <p>- A professora faz a correção dos trabalhos de casa, solicitando a participação dos alunos (pesquisa do percurso de vida da jovem Malala Yousafzai).</p> <p>- Motivação: - A professora propõe a visualização de um <i>PowerPoint</i> com imagens sobre os atentados à vida humana e sobre a discriminação.</p> <p>- Depois da visualização do filme, a docente entrega a cada aluno uma ficha de trabalho para procederem à sua realização.</p> <p>- Finda a elaboração do trabalho, cada aluno, que assim o entenda, expõe à turma as respetivas respostas.</p> <p>- A professora pede que os alunos façam uma síntese dos conteúdos da aula.</p> <p>- A professora solicita para trabalho de casa a realização da tarefa 10 da página 26 do manual.</p> <p>- A aula termina com a despedida entre os alunos e a professora.</p>	<p>- Caderno diário</p> <p>- Computador e projector</p> <p>- <i>Powerpoint</i></p> <p>- Ficha de trabalho</p> <p>- Caderno diário</p>	<p>3 min.</p> <p>7min.</p> <p>7 min.</p> <p>7 min.</p> <p>8 min.</p> <p>7 min.</p> <p>4 min.</p> <p>2 min.</p> <p>2 min.</p>	<p>- Participação ativa e organizada.</p> <p>- Participação interessada e empenhada.</p> <p>- Capacidade de atenção e de concentração.</p> <p>- Empenho na realização do trabalho.</p> <p>- Intervenções fundamentadas e críticas.</p> <p>- Capacidade de síntese.</p>
--	---	---	--	---	--	--

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Síntese: Existem grupos minoritários que estão em desvantagem social. É importante uma proposta do agir ético cristão.

Plano de Aula


Unidade Letiva 1: “Dignidade da vida humana”

Aula n.º 4/6

Ano: 9º Turma: D/E

Data: 07/03/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos		Avaliação formativa
SUMÁRIO: Consolidação dos conteúdos da aula anterior. Correção do trabalho de casa. O valor da vida. Mensagem cristã sobre o amor ao próximo. A dignidade da vida humana em atitudes.			Acolhimento. Registo do sumário.	Caderno diário	5 min.	Assiduidade e pontualidade.
E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.	- Aprofundamento da mensagem cristã sobre o amor ao próximo, a dignidade da vida humana e identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.		-A professora questiona os alunos sobre o que foi tratado na aula anterior e faz uma breve revisão dos conteúdos lecionados. - A professora faz a correção dos trabalhos de casa, solicitando a participação dos alunos (realização da tarefa 10 da página 26 do manual - Comenta a frase: “A Igreja sente o dever de, com coragem, dar voz a quem a não tem”).		3 min.	- Participação ativa e organizada.
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.		- A parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37;	- Motivação: - A docente projeta um pequeno filme onde mostra uma pessoa mal vestida que pede ajuda a quem passa por ela na rua. A reação	- Manual e caderno diário - Computador e projetor - Filme	7 min. 7 min.	- Participação interessada e empenhada.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

			<p>resumem a Parábola e fazem a ponte para Jesus Cristo.</p> <ul style="list-style-type: none">- A professora pede que os alunos façam uma síntese dos conteúdos da aula.- A professora solicita para trabalho de casa a realização das tarefas 16 e 17 da página 33 do manual.- A aula termina com a despedida entre os alunos e a professora.		<p>2 min.</p> <p>1 min.</p> <p>2 min.</p>	
--	--	--	---	--	---	--

Síntese: A parábola do Bom Samaritano explica a grandeza da dignidade humana e desafia à prática do amor.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

--	--	--	--	--	--	--


Síntese: Conhecer as atitudes que promovem a dignidade da vida e sentir o desafio de as viver no quotidiano.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Plano de Aula

Unidade Letiva 1: “Dignidade da vida humana”
Aula n.º 6/6

Ano: 9.º Turma: D/E
Data: 28/03/2017
Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos		Avaliação formativa
SUMÁRIO: Entrega das fichas de avaliação. Enquadramento global dos conteúdos abordados na Unidade Letiva. Apresentação dos trabalhos de casa em <i>PowerPoint</i> . A vida humana: originalidade e beleza.			Acolhimento. Registo do sumário.	Caderno diário.	5 min.	- Assiduidade e pontualidade.
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	- Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana. - Identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.	- A parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa, as atitudes que promovem a dignidade da vida humana, o início da vida humana, o aborto e a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias, <i>Evangelium Vitae</i> .	- A docente entrega, aos alunos, as fichas de avaliação realizadas na aula anterior. - Será feito, pela docente, um enquadramento global e questionamento aos alunos, sobre os conteúdos lecionados na Unidade Letiva, desde a primeira até à quinta aula. - Faz-se a apresentação dos trabalhos de casa em <i>PowerPoint</i> , enviados para a professora, via email, (comentário sobre a frase de João Paulo II que se encontra no final da página 35 do manual: “Não pode	- Caderno diário. - Projetor <i>PowerPoint</i> .	2 min. 5 min. e 5 min.	- Participação ativa e organizada. - Atenção e concentração.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

<p>L. Estabelecer um diálogo entre a Cultura e a Fé.</p>	<p>- Relacionar os dados da ciência sobre a questão do início da vida humana com a perspectiva da Igreja.</p>		<p>haver paz verdadeira sem respeito pela vida”).</p> <p>- Depois, será lido um conjunto de textos sobre o início da vida. Após esta leitura, a docente interpela os alunos: “E para vocês, onde tem início a vida humana?”</p> <p>-Os alunos são convidados a escrever as suas respostas no caderno diário. A docente dá aos alunos três minutos para a sua realização e depois solicita que leiam as suas respostas oralmente.</p> <p>- A professora, com base no esquema da página 40 do manual, informa acerca da temática do aborto (conceito, legislação portuguesa e consequências, ao nível psicológico, para a mulher).</p> <p>- A professora convida os alunos a ver e a escutar, com o coração, em profundo silêncio, uma “viagem no tempo”, desde Jesus até hoje. (Pretende-se que os alunos partam para a descoberta sobre o que nos diz</p>	<p>-Textos do manual escolar (<i>placard</i> de cortiça da página 37 do manual).</p> <p>-Caderno diário.</p> <p>-Manual escolar.</p> <p>-Projektor e <i>PowerPoint</i> do filme</p>	<p>3 min.</p> <p>3 min.</p> <p>2 min.</p> <p>4 min.</p>	<p>-Responsabilidade no cumprimento das tarefas propostas.</p> <p>- Intervenções fundamentadas e críticas.</p> <p>-Silêncio e muita atenção.</p>
---	---	--	---	---	---	--

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

			<p>a Igreja, em nome de Jesus, sobre a defesa da vida).</p> <p>- A docente solicita aos alunos que registem no caderno diário as duas ideias principais, seguida de partilha das mesmas - (1.ª ideia: Jesus amava e defendia as crianças incapazes de se defenderem; 2.ª ideia: Jesus acompanhava os pobres, caídos na beira da estrada).</p> <p>- O último texto é sobre a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias. Depois desta leitura, a docente solicita aos alunos um trabalho de compromisso. A docente entrega, a cada aluno, um cartão e cada um é convidado a responder à seguinte questão/compromisso: Como posso agir na promoção da dignidade da vida humana? -Este será o título da cartolina e as respostas dos alunos serão lidas oralmente e afixadas na cartolina colocada no <i>placard</i> da sala.</p>	<p>“Rosto humano de Deus”.</p> <p>- Caderno diário.</p> <p>- Manual escolar (primeiro parágrafo do texto da página 44 do manual).</p> <p>- Cartolina, cartão, pioneses e <i>placard</i> da sala de aula.</p>	<p>2 min.</p> <p>3 min.</p> <p>2 min.</p> <p>3 min.</p> <p>3 min.</p>	<p>-Respostas pertinentes.</p> <p>-Leitura colaborativa.</p> <p>-Participação e empenho nas tarefas propostas.</p>
--	--	--	--	--	---	--

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

			<ul style="list-style-type: none"> - A docente, com a colaboração dos alunos, faz a síntese da aula. - A docente terminará a aula, agradecendo as suas participações e empenho. Despede-se de todos e oferece a cada aluno uma surpresa. (É colocada a música “Dar mais”). 	<ul style="list-style-type: none"> - Música “Dar mais”. 	<p>2 min.</p> <p>1 min.</p>	- Capacidade de síntese.
--	--	--	--	--	-----------------------------	--------------------------

Síntese: A vida é valiosa e todos podemos acreditar e trabalhar na cultura da esperança e da alegria.

4. Avaliação da prática letiva

Depois de realizado todo o processo de lecionação, é necessária a elaboração de uma descrição mais pormenorizada de cada aula, de forma a mostrar a evolução e desempenho de cada estagiário ao supervisor da universidade. Trata-se, fundamentalmente, de um texto descritivo que deve contemplar tudo o que se passou nas aulas, assim como documentos ou avaliações.

Miguel Guerra diz que, “a avaliação deve ser um caminho que conduz à transformação da prática e não o movimento que se fecha em si mesmo.”¹⁰⁷

A elaboração desta avaliação vai permitir fazer uma análise construtiva de todo o percurso da PES, pois, quando refletimos acerca do que está finalizado, há a possibilidade de construir novas visões e novas aprendizagens.

Avaliação da aula 1/6:

Iniciei a aula às 8:30h, dando as boas vindas aos alunos e fazendo a minha apresentação.

Não realizei a chamada, porque apenas tinha um livro de ponto e as turmas que tinha em sala eram duas. Considerei ainda que não devia pedir aos alunos para se apresentarem, uma vez que já o tinham feito em aulas anteriormente assistidas.

Registei o sumário no quadro e solicitei aos alunos que o registassem no caderno diário. Comecei com uma breve contextualização sobre a Dignidade da vida humana, indicando a página 7, onde se encontram todos os temas a serem estudados nas próximas aulas e esclareci sobre a etimologia e origem da palavra dignidade.

Realizei uma *brainstorming* com a palavra dignidade, em que os alunos participaram de forma empenhada, chegando a um conjunto muito interessante de palavras. Solicitei que passassem este registo no caderno diário e alertei para a importância de passarem todos os registos no caderno diário.

De seguida, li o texto da página 9, “Tu és especial”, e reforcei a importância do valor do ser humano por aquilo que somos e não por aquilo que temos ou sabemos. Procedi à apresentação de um *PowerPoint* sobre a dignidade. Acrescentei alguma informação e aproveitei para questionar os alunos sobre: o Papa João Paulo II, que aparece nos diapositivos; o Concílio

¹⁰⁷ Miguel Guerra, “Una flecha en la Diana: la evaluación como aprendizaje”, in *Andalucía educativa*, 34, (2002) p.7-9.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Vaticano II e a II Guerra Mundial. De seguida, coloquei o vídeo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pedi a uma aluna para distribuir, à turma, dois documentos: um sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outro com os conteúdos que constavam no *PowerPoint* sobre a dignidade. Chegada a esta altura da aula, referi que os alunos já estariam em condições de realizar uma definição da palavra dignidade da vida humana, o que fizeram, em conjunto, com grande eficácia. Foi registada no quadro ao lado do *brainstorming*. Aqui, aproveitei para rever e avaliar os conteúdos apreendidos ao longo da aula.

No final da aula, solicitei um trabalho para casa que consta da escolha de um direito humano (documento distribuído) e a justificação da sua escolha. Uma vez que o tempo não chegou para a realização da tarefa da página 13 do manual, juntei também esta tarefa para trabalho de casa.

Despedi-me dos alunos, desejando a continuação de um bom trabalho.

Consegui cumprir o plano de aula com um balanço bastante positivo.

Avaliação da aula 2/6:

Iniciei a aula às 8:30h, dando as boas vindas aos alunos e questionando acerca da semana. Referi que “hoje” era o dia de S. Valentim e, a propósito deste dia, os alunos partilharam algumas situações engraçadas. Esta foi apenas uma forma de criar alguma empatia com os alunos e de os colocar predispostos para a aula.

Ditei o sumário e solicitei aos alunos que o registassem no caderno diário. Comecei por questionar sobre os conteúdos tratados na aula anterior, ao que os alunos corresponderam, participando e lembrando-se do que tinham aprendido. Depois procedi à correção dos trabalhos de casa. Verifiquei que todos o tinham feito de forma muito aplicada. Foram participando, embora ainda se note algum acanhamento. De seguida, pedi a um aluno para ler a definição de dignidade (registada na aula anterior) e fiz a ligação com a aula de hoje: o valor da vida.

Depois, solicitei aos alunos que registassem no caderno diário a seguinte pergunta: Como podemos valorizar a vida? Coloquei a música “A vida é sempre já” da Banda Jota e no fim de escutarem a música, com muita atenção, pedi aos alunos que escrevessem, no caderno diário, a sua resposta e a partilhassem com a turma. Surgiram respostas muito interessantes.

A fim de mostrar que todas as religiões exaltam o valor da vida, solicitei, aos alunos, a leitura, em voz alta, dos textos das religiões das páginas 14 e 15 do manual. Depois da leitura perguntei o que haviam mostrado estes textos e os alunos foram unânimes em dizer que todas as religiões valorizam a vida. De seguida, ditei, para registo no caderno diário o seguinte:

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

“Todas as religiões enaltecem o valor da vida e da dignidade humana, promovendo o respeito pela pessoa”.

Distribui um cartão a cada aluno e solicitei que, após a visualização do *PowerPoint* sobre o valor da vida, escrevessem uma palavra, no cartão, que resumisse o que viram. No final, cada aluno levantou o cartão e leu a sua palavra. Recolhi os cartões e concentrei-os, com pioneses, no *placard* de cortiça da sala de aula.

Pedi aos alunos que fizessem uma síntese dos conteúdos da aula e realizei a avaliação formativa.

Finalizei a aula, solicitando, para trabalho de casa, uma pesquisa do percurso de vida da jovem Malala Yousafzai, para que os alunos se manifestem, na próxima aula, sobre este testemunho de vida.

Terminei a aula com a despedida entre os alunos, mas já a passar uns minutos das 9:15h. Consegui cumprir o plano de aula com um balanço muito positivo.

Avaliação da aula 3/6:

Iniciei a aula dando as boas vindas aos alunos e questionando acerca da semana.

Ditei o sumário e solicitei aos alunos que o registassem no caderno diário. Comecei por questionar sobre os conteúdos tratados na aula anterior, ao que os alunos corresponderam, participando e lembrando-se do que tinham aprendido. Depois procedi à correção do trabalho de casa, que constava numa pesquisa do percurso de vida da jovem Malala Yousafzai. Verifiquei que a maioria dos alunos o tinha feito de forma muito aplicada. Participaram, manifestando-se sobre este testemunho de vida. Nesta pesquisa de vida, houve uma aluna que recorreu aos conteúdos do manual da disciplina de História, aplicando assim a interdisciplinaridade. Já não notei acanhamento na participação.

De seguida, coloquei um *PowerPoint* com a projeção de imagens sobre os atentados à vida humana, discriminação e preconceitos sociais e religiosos contra os grupos minoritários. Depois da visualização do *PowerPoint*, entreguei a cada aluno uma ficha de trabalho para procederem à sua realização. Verifiquei que a realizaram de forma muito empenhada, solicitando-me para esclarecimento de dúvidas. Finda a elaboração do trabalho individual, cada aluno expôs, de forma muito ativa, as respetivas respostas. Recolhi as fichas de trabalho para as poder avaliar.

Por fim, pedi aos alunos para fazerem uma síntese dos conteúdos da aula, o que aconteceu de forma muito positiva.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Solicitei para trabalho de casa a realização da tarefa 10, da página 26, do manual.

Terminei a aula com a despedida entre os alunos.

Considero que consegui cumprir o plano de aula com um balanço muito positivo e com a sensação tranquila de mais uma missão cumprida.

Avaliação da aula 4/6:

Iniciei a aula dando as boas vindas aos alunos.

Comecei por questionar sobre os conteúdos tratados na aula anterior, ao que os alunos corresponderam, participando. Ditei o sumário e solicitei aos alunos que o registassem no caderno diário. Depois procedi à correção do trabalho de casa, que constava da realização da tarefa 10 da página 26 do manual - Comenta a frase: “A Igreja sente o dever de, com coragem, dar voz a quem a não tem”. Três alunas responderam com uma reflexão profunda e bem fundamentada.

De seguida, coloquei um filme onde mostra um jovem mal vestido e a tremer com frio que pede ajuda a quem passa por ele na rua. A reação das pessoas é de desprezo e de afastamento. Apenas um sem-abrigo, que nada tem, tira o seu casaco e oferece-o ao rapaz que pede ajuda. Depois do filme projetado, expliquei que a aula tinha momentos de silêncio e de reflexão pessoal e entreguei a cada aluno uma folha com um texto. Cada aluno leu o texto em silêncio. Esta história retrata a Parábola do Bom Samaritano, mas com personagens da atualidade. Após a leitura do texto, pedi a um aluno para ler a Parábola do Bom Samaritano da página 30 do manual. Depois desta leitura, solicitei aos alunos que relacionassem o filme com o texto e ainda com a Parábola do Bom Samaritano. Houve uma boa participação e todos consideraram haver relação entre os três momentos apresentados, tirando conclusões muito interessantes.

Em jeito de conclusão, convidei duas alunas a procederem à leitura dos três últimos parágrafos do manual e do “Agora Sei” (página 33) que resumem a Parábola e fazem a ponte para Jesus Cristo. Fizemos, em conjunto, a ligação entre o Samaritano e Jesus Cristo e o homem que pede ajuda com a humanidade submetida ao poder do mal e do egoísmo.

Solicitei para trabalho de casa a realização da tarefa 16 e 17, da página 33, do manual e alertei para a responsabilidade da sua realização.

Terminei a aula com a despedida e os votos de bom trabalho.

Considero que consegui cumprir o plano de aula com um balanço bastante positivo e com a humilde sensação de mais uma missão cumprida.

Avaliação da aula 5/6:

Iniciei a aula dando as boas vindas aos alunos.

Comecei por questionar sobre os conteúdos aprendidos na aula anterior, ao que os alunos corresponderam, participando. Ditei o sumário e solicitei aos alunos que o registassem no caderno diário. Depois procedi à correção do trabalho de casa que constava da realização das tarefas da página 33 – tarefa 16. Identifica situações atuais e concretas que esperam por um “bom samaritano” e 17. Refere situações em que tenhas agido como o sacerdote ou o levita da parábola. Os alunos responderam de forma bem fundamentada e com participações muito interessantes.

Como motivação, projetei um *PowerPoint* com frases e imagens que mostram atitudes que promovem a dignidade da vida humana. De seguida, pedi aos alunos para realizarem, individualmente, uma ficha de avaliação, onde estavam inseridos todos os conteúdos tratados ao longo destas cinco aulas. (A ficha constava de treze frases para colocarem verdadeiro ou falso). Posteriormente, recolhi as fichas, projetei as perguntas e solicitei a participação dos alunos. Houve uma boa participação e todos estavam em sintonia relativamente à correção da ficha de avaliação.

Solicitei, para trabalho de casa, a realização de um comentário sobre a frase de João Paulo II que se encontra no final da página 35 do manual: “Não pode haver paz verdadeira sem respeito pela vida” e, mais uma vez, alertei para a responsabilidade da sua realização.

Terminei a aula com a despedida e os votos de continuação de um bom trabalho.

Considero que consegui cumprir o plano de aula com um balanço totalmente positivo e com a clara noção de dever cumprido.

Avaliação da aula 6/6:

Uma vez que esta foi a última aula, sexta, que fecha a leção da Unidade Letiva, as metas curriculares a trabalhar são: (M) Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano e (L) estabelecer um diálogo entre a Cultura e a Fé. Os objetivos a atingir são o aprofundamento da mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana, a identificação de atitudes que promovem a dignidade da vida humana e relacionar os dados da ciência sobre a questão do início da vida humana com a perspectiva da Igreja. Com este intuito, foram desenvolvidos os seguintes conteúdos: a parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, as atitudes que promovem a dignidade da vida humana, o início da vida humana, o

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

aborto, a eutanásia e a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias, *Evangelium Vitae*.

A aula iniciou-se com a saudação e o acolhimento dos alunos para, de imediato, se registrar o sumário da aula – Entrega das fichas de avaliação. Enquadramento global dos conteúdos abordados na Unidade Letiva. Apresentação dos trabalhos de casa em *PowerPoint*. A vida humana: originalidade e beleza.

Entreguei, aos alunos, as fichas de avaliação realizadas na aula anterior e felicitei-os pelos bons resultados obtidos.

Realizei um enquadramento global e questionei os alunos sobre os conteúdos lecionados na Unidade Letiva. Os alunos participaram de forma muito satisfatória.

De seguida, fiz a apresentação dos trabalhos de casa em *PowerPoint*, enviados para a professora, via *E-mail*, (comentário sobre a frase de João Paulo II que se encontra no final da página 35 do manual: “Não pode haver paz verdadeira sem respeito pela vida”). Os alunos manifestaram uma grande alegria e entusiasmo ao observar o resultado dos seus trabalhos. (Considerando que a avaliação permite uma reflexão e um balanço do que foi feito, entendemos trocar o diapositivo, em que aparecia a imagem de Hitler, por outro mais focado nas vítimas do holocausto).

Depois, solicitei aos alunos que lessem um conjunto de pequenos textos sobre o início da vida. Após esta leitura, interpelei os alunos: “E para vocês, onde tem início a vida humana?” - Os alunos foram convidados a escrever as suas respostas no caderno diário. Dei, aos alunos, três minutos para a sua realização e depois solicitei que lessem as suas opiniões oralmente. Tiveram participações muito interessantes.

De seguida, com base no esquema da página 40 do manual escolar, informei acerca da temática do aborto (conceito, legislação portuguesa e consequências, ao nível físico e psicológico, para a mulher e toda a família). Depois, convidei os alunos a ver e a escutar, com o coração, em profundo silêncio, uma parte de um vídeo intitulado “Rosto de Deus”. (Pretendia-se que os alunos partissem para a descoberta sobre o que nos diz a Igreja, em nome de Jesus, sobre a defesa da vida). Solicitei aos alunos que registassem, no caderno diário, as duas ideias principais, seguida de partilha das mesmas - (1.ª ideia: Jesus amava e defendia as crianças incapazes de se defenderem; 2.ª ideia: Jesus acompanhava os pobres, caídos na beira da estrada). Os alunos, mais uma vez, tiveram intervenções de grande qualidade.

O último texto a ser lido foi sobre a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias (primeiro parágrafo do texto da página 44 do manual escolar).

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Depois desta leitura, solicitei, aos alunos, um trabalho de compromisso. Entreguei, a cada aluno, um cartão e cada um foi convidado a responder à seguinte questão/compromisso: **Como posso agir na promoção da dignidade da vida humana?** - Este foi o título da cartolina e as respostas dos alunos foram lidas oralmente e afixadas na cartolina colocada no *placard* da sala.

Com a colaboração dos alunos, realizámos a síntese da aula.

Terminei a aula, agradecendo as suas participações e empenho. Despedi-me de todos e ofereci, a cada aluno, uma surpresa. (Coloquei a música “Dar mais”).

Considero que consegui cumprir o plano de aula com um balanço bastante positivo e com a noção de missão realizada.

Síntese

Iniciámos este terceiro capítulo com a contextualização programática da Unidade Letiva “Dignidade da vida humana”, seguindo-se a descrição da turma de intervenção (9ºD e E). De seguida, procedeu-se à Planificação (descrição das aulas) e respetivos Planos (grelha das aulas) e terminámos com a avaliação da prática letiva.

Relativamente à avaliação da Unidade Letiva, convém salientar que esta permitiu a aquisição de um expressivo conjunto de aprendizagens. Os conteúdos planificados para cada aula foram cumpridos integralmente e explorados de forma satisfatória, havendo sempre espaço para a intervenção e colaboração dos alunos, que assim culminou no seu enriquecimento.

Consideramos, no entanto, que o tempo disponibilizado, para que os alunos exprimissem as suas opiniões, não foi muito, devido ao facto dos alunos apreciarem o tema e sentirem um enorme gosto em discuti-lo. Seria necessário haver mais tempo para a participação dos alunos, pois essa é a situação mais enriquecedora e importante numa sala de aula, nomeadamente de EMRC.

Entendemos, efetivamente, que os alunos foram, na verdade, a alma deste trabalho, pois contribuíram com um empenho, dedicação e colaboração exemplares, assimilando todos os conteúdos lecionados.

CONCLUSÃO

Culminada a elaboração do relatório da Prática de Ensino Supervisionada, é altura de tecer algumas considerações conclusivas.

Antes de mais, é necessário referir que esta foi uma experiência muito enriquecedora e gratificante, marcada por momentos e etapas importantes na aquisição de conhecimentos, partilhas e aprendizagens, que serão, claramente, um contributo precioso para um futuro profissional enquanto docente.

Esta reflexão possibilitou um melhor esclarecimento sobre as ideias subjacentes ao princípio da dignidade da vida humana, mas também permitiu analisar a importância da educação, sobretudo da disciplina de EMRC, enquanto verdadeiro instrumento para um entendimento mais eficaz da pessoa e da sua dignidade. Permitiu ainda uma abordagem do reconhecimento da dignidade da vida humana, no contexto inclusivo das Necessidades Educativas Especiais.

Numa primeira análise, podemos referir que assistimos ao emergir de um certo totalitarismo em que se ignora um dos mais básicos valores, o valor da vida e o direito que cada ser humano tem à sua dignidade. No entanto, proliferam casos de solidariedade, de denúncia e de inconformidade perante as violações dos direitos humanos, fazendo-nos crer que é possível a mudança. Vivemos um período de conturbação social, todavia, simultaneamente, de esperança. A comprová-lo, a recentemente vinda do Papa Francisco ao Santuário de Fátima para a canonização dos irmãos pastorinhos, Francisco e Jacinta, no dia 13 de maio. O Papa Francisco deslocou-se como peregrino que veio reforçar a esperança, pedindo a concórdia entre todos os povos para alcançarmos a paz. Dirigiu-se, especificamente, aos mais frágeis, aos doentes, às pessoas com vulnerabilidades, aos presos, aos desempregados, aos pobres e aos abandonados, dizendo que é a eles, que estão nas periferias, que a Igreja deve chegar.

Vivemos numa sociedade multicultural, marcada por novas crenças e dinâmicas e por uma multiplicidade de situações de viver e de acreditar, orientadas com base num questionamento do sentido da vida e da sua orientação. Diante deste cenário, no contexto das nossas responsabilidades, enquanto pessoas, cristãos, cidadãos e docentes de EMRC, devemos ser uma voz mais ativa na defesa da vida e da dignidade humana. Devemos ser a voz dos que não têm voz ou daqueles em que a voz, frequentemente, falha ou é abafada.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

O princípio de que todos os alunos devem aprender juntos representa um grande avanço na história da discriminação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Um desenvolvimento em consciência do bem e no exemplo de Jesus Cristo terá de consentir uma prática permanente nas nossas escolas, enquanto professores, presentes e vigilantes, e enquanto cidadãos, inseridos numa comunidade. Teremos, pois, de ser promotores de uma sociedade mais justa e solidária. Com o objetivo de atuar na evangelização com as pessoas com necessidades especiais temos a responsabilidade de nos envolvermos em projetos que promovam a inclusão das mesmas nos diferentes contextos da sociedade.

Neste sentido, a disciplina de EMRC consubstancia a sua ação através de uma educação direcionada para a cidadania, para os direitos humanos, para a esperança, a solidariedade, o diálogo, a justiça e a igualdade. A disciplina de EMRC posiciona-se numa atitude de ajudar o aluno a intervir na sociedade, levando ao desenvolvimento da sua consciência de uma forma progressiva, evolutiva e autónoma. Assim, proporciona às crianças e adolescentes todos os instrumentos necessários para que possam tomar decisões, vencer contrariedades, conhecerem-se a si próprios e participar, de forma ativa, na construção de uma sociedade, onde domine o respeito pelo próximo.

O nosso trabalho focou-se numa pedagogia marcadamente centrada na promoção do “ser pessoa”. É através de uma educação do olhar e do coração que podemos destruir os sinais de indiferença que ocorrem nesta caminhada que é a vida e promover uma autêntica pedagogia do serviço. Olhar o dom de cada vida e expressar gratidão por ele, permite compreender que é possível viver os compromissos familiares e profissionais com grande intensidade, desde que cada pessoa, na sua singularidade, se sinta acolhida e reconhecida.

Consideramos que as aprendizagens devem conduzir ao senso de responsabilidade e à cidadania participativa, crítica, responsável e comprometida com a mudança pela interiorização de valores, para alcançar corações e mentes, e se converter em práticas assentes na consciência e na vida das pessoas.

A Sagrada Escritura está na génese da Declaração Universal dos Direitos Humanos ao proclamar a dignidade, a igualdade, a liberdade, a universalidade, o respeito pela vida e por cada pessoa. O ser humano é único e insubstituível, valor que constitui, atualmente, a própria unidade existencial dos direitos humanos, e a Igreja, herdeira destas verdades, promove-as, também, pelo contributo da disciplina de EMRC em cada escola.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Consideramos que, como professores de EMRC, somos levados a agir por uma fé, que “como resposta, é uma dinâmica de esperança maravilhosamente livre, só possível em Cristo Redentor, Jesus de Nazaré, a Pessoa da loucura da cruz ou do louco amor, que ensina a chamar a Deus *Abba*, abrindo porta à filiação e à afetividade, ponto de partida para cada homem investir numa relação com o Deus de Jesus Cristo, um Deus em que se pode confiar e, ao mesmo tempo, ir construindo a própria estrutura de si mesmo, isto é, a sua identidade e as razões da sua esperança.”¹⁰⁸

“Diariamente e de forma rigorosa, esforço-me por cuidar e respeitar todos aqueles que são diferentes de mim. Começo pelas minhas filhas. Tento conduzi-las e levá-las a perceber que há sempre dois caminhos na nossa vida: o bom e o mau. Por vezes, a tarefa não se apresenta nada fácil. Percebo, então, que necessito de parar e de ficar no meu canto a ouvir o silêncio e em oração, conversando com Deus, recebo algumas respostas que me vão aliviando e enchendo de alegria e de força. Uma das respostas que ele me dá sempre é que a vida é um dom tão brutal que só por isso devo dar-LHE graças”¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Pires, Nuno Juncal, Curso Geral – Módulo de Psicossociologia (1, Agosto/2010).

¹⁰⁹ Texto retirado do meu diário.

SIGLÁRIO

CIC	Código de Direito Canónico
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.
CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
EDUCRIS	Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé
EMRC	Educação Moral e Religiosa Católica
MMRP	Meio Menos Restritivo Possível
NEE	Necessidades Educativas Especiais
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMS	Organização Mundial de Saúde
PE	Programas Educativos
PEI	Planos Educativos Individualizados
PES	Prática de Ensino Supervisionada
UE	União Europeia

BIBLIOGRAFIA

I - Bíblia

BÍBLIA SAGRADA, Editorial Missões, 2007.

II - Documentos do Magistério da Igreja

Congregação para a Doutrina da Fé. Instrução *Dignitas Personae* (8 de Setembro de 2008) in AAS 100 (2008) n°36.

Constituição Conciliar *Gaudium Et Spes*. In: Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decreto, Declarações. 29.^a edição. (Petrópolis: Editora Vozes, 2000).

Constituição *Lumen Gentium*. In: Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decreto, Declarações. 29.^a edição. (Petrópolis: Editora Vozes, 2000).

Francisco. Exortação Apostólica sobre o anúncio do evangelho no mundo atual (*Evangelii Gaudium*), (Lisboa: Paulus Editora, 2013).

Francisco. *Entre a dignidade e a transcendência* in *L'Osservatore Romano*, (dia 27 de novembro de 2014).

João Paulo II. Carta Apostólica aos Jovens do Mundo no Ano Internacional da Juventude (31 de março de 1985) in AAS 77 (1985) 579-628.

João Paulo II. Carta Encíclica *Centesimus Annus* (1 de maio de 1991) in AAS 83 (1991) 794-867.

João Paulo II. Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, in AAS 87 (1995), n.º3.

João Paulo II. Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, in AAS 87 (1995), n.º33.

João Paulo II. (25 de março de 1995), Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, in AAS 87 (1995) n.º53.

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

João Paulo II. Carta Encíclica *Evangelium Vitae* (25 de março de 1995) in AAS 87 (1995) 401-522.

João Paulo II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Oceania* (22 de Novembro de 2001) in AAS 94 (2002) 361-428.

João Paulo II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal Pastores *Dabo Vobis* (25 de março de 1992) in AAS 84 (1992) 658-804. JOÃO PAULO II, Discurso na Academia Pontifícia da Universidade de Teologia e de S. Tomás de Aquino (8 de novembro de 2001) AAS 94 (2002) n.º3.

Pontifício Conselho ‘Justiça e Paz’. Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html>Acedido em 08/05/2017.

Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos. “Relatio Synodi da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos em 18 de outubro de 2014”, in Lumen – Revista de Documentação e Reflexão Pastoral, Ano 75, n.º6 (2014) n.º5

III - Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa

Conferência Episcopal Portuguesa. *Carta Pastoral da Conferência Episcopal nos Cinquenta Anos da Aprovação e Adoção da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, (Lisboa, 1998).

Conferência Episcopal Portuguesa. *A Igreja na Sociedade democrática, carta pastoral*, Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, (Lisboa, 2000).

Conferência Episcopal Portuguesa. *Crise de Sociedade, Crise de Civilização*, Secretariado Geral do Episcopado, (Lisboa, 2001), n.º2.

Conferência Episcopal Portuguesa. *Carta Pastoral Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, (2002), n.º 2.

Conferência Episcopal Portuguesa. *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, (Lisboa, 2006).

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

Conferência Episcopal Portuguesa. *Carta Pastoral sobre a escola em Portugal. Educação integral da pessoa humana*, Secretariado Geral do Episcopado, (Lisboa, 2008) nº8.

Conferência Episcopal Portuguesa. *Carta Pastoral Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, (2002, n.º 2).

IV - Bibliografia complementar

Ambrósio, Juan. “A narração da existência e da história a partir da dimensão religiosa”, Comunicação apresentada no Fórum de EMRC (Fátima: 2014).

Adorno, Roberto. "Es gracias a su acto de ser, dotado de una intensidad unica, que ella poseen una dignidad constitutiva." In *Bioetica y dignidad de la persona*, (Madrid: Editorial Tecnos, 1998).

Bairrão, J. Felgueiras, I.; Fontes, P.; Pereira, & Vilhena, C.. *Os alunos com necessidades educativas especiais: subsídios para o sistema de educação*. (Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 1998).

Benevides, Maria Victoria. *Educação em Direitos Humanos: de que se trata?*, (2000).

Bergoglio, J., M., Skorka, A e Figueiroa, M..“A Dignidade”, in Coleção Diálogos de fé, (São Paulo: Saraiva Editores, 2014).

Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida, *Documento de Trabalho sobre a Dignidade da Vida*, in http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_P026_DignidadeHumana.pdf,
acedido em 10 de fevereiro de 2017.

Correia, L.. *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. (Porto: Porto Editora, 1999).

Costa Renders, Elizabete Cristina. A inclusão de pessoas com deficiência: a responsabilidade social das Igrejas. *Revista Caminhando*, v. 16, n. 2, p. 65-76, jul/dez 2011.

Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã. Manual do Aluno. Educação Moral e Religiosa Católica. 9.º ano do Ensino Básico. *Quero Ser!* (Lisboa, 2015).

A Dignidade da Vida Humana na Pessoa com Necessidades Educativas Especiais

- Fossion, A.. Dieu désirable: Proposition de la foi et initiation, Lumen Vitae, Bruxelles, 2010.
- Guerra, Miguel. “Una flecha en la Diana: la evaluación como aprendizaje”, in *Andalucía educativa*, 34, (2002).
- Houaiss, Dicionário da Língua Portuguesa, Tomo III, 2001.
- Moltmann, Jürgen. *La Dignidad humana*, (Salamanca: Ediciones Sígueme, 1979).
- Lourenço, F.. *EMRC – Pedagogia, objetivos gerais e conteúdos*, in *Communio*, VI, 1989/1.
- Mounier, Emmanuel. *O personalismo*, (Lisboa: Ed. Textos & Grafia, 2010).
- Organização Mundial de Saúde. *Classificação Internacional de Deficiências*, (Madrid: Incerso, 1980) (Tradução Espanhola).
- Neto, Vítor. *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, (Lisboa: INCM, 1998).
- Peixoto, L. M., & Carvalho, O. A.. *A Escola Inclusiva - Da Utopia à Realidade*. (Braga: Edições APPACDM de Braga, 2000).
- Rodrigues, David, & Magalhães, M.. *Aprender juntos para aprender melhor*. (Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, 2007).
- Romero, M. “Aproximación al currículo oculto en el sistema educativo - La Pedagogia Cristiana”, in *Communio*, año 14, mayo-junio 92.
- Secretariado Nacional da Educação Cristã. *Programa de Educação Moral e Religiosa. Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*. (Moscavide, 2014).
- Serralheiro, D.. “Especificidades e características do Ensino Religioso Escolar”, in *Communio*, VI 1989/1.
- Taylor, Charles. *A era secular (A secular age 2007)*, (Lisboa: Edições Piaget, 2012)
- UNESCO. *Declaração de Salamanca - Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. Unesco. (1994).
- Varanda, Isabel. “Multiculturalidade e diversidade religiosa”, in *Communio*, XXIII (2006/4).
- Varanda, Isabel, *Na noite mora a promessa*, (Paulinas Editora, 2014).
- Zabalza, Miguel, *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*, (Porto: Edições ASA, 2000).

V – Legislação

Decreto-lei 45/73, de 12 de Março.

Decreto-lei 5/73, de 25 de Julho.

Decreto-lei n.º 425/76, de 29 de Maio.

Decreto-lei n.º 174/77, de 2 de Maio.

Decreto-lei n.º 346/77, de 20 de Agosto.

Decreto-lei 66/79, de 4 de Outubro.

Decreto-lei n.º 44/86 de 14 de outubro; Lei de Bases do Sistema Educativo, Artigo 2.º.p. 4.

Lei de Bases do Sistema Educativo 46/86, de 14 de Outubro.

Despacho Conjunto 36/SEAM/SERE/88.

Decreto-lei 9/89, de 2 de Maio.

Decreto – lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro.

Decreto-lei n.º 319/91, de 23 de Agosto.

Despacho 105/97, de 1 Julho.

Despacho Conjunto 891/99, de 19 de Outubro.

Decreto-lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro.

Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro.

ANEXOS: ANEXO 1 (Aula 3)

Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro

Ano letivo 2016/2017

FICHA DE TRABALHO/QUESTIONÁRIO

EMRC

DIGNIDADE DA VIDA HUMANA

Nome: _____ N: ____ Ano: ____ Turma: ____

Ao longo destas três aulas tens aprendido o verdadeiro valor do ser humano. A vida é o valor primordial e deve ser cuidada. No entanto, a história da humanidade está repleta de atentados à vida e à dignidade humana. Cabe a ti, interpretar as situações sociais que te envolvem e reconheceres a tua proposta do agir ético enquanto cristão.

Lê as questões que se seguem e responde:

1- Parece-te que nos dias de hoje existem grupos minoritários? Se sim, refere os que consideras mais desamparados e porquê.

2- Já presenciaste atitudes agressivas ou de maus tratos na tua escola? Descreve a situação.

3- Consideras as pessoas com necessidades especiais um grupo minoritário? Justifica.

4- Na tua escola existem colegas com necessidades especiais? Achas que estão inseridos na comunidade escolar? Se não estão, o que fazes para os inserir?

ANEXO 2 (Aula 1)

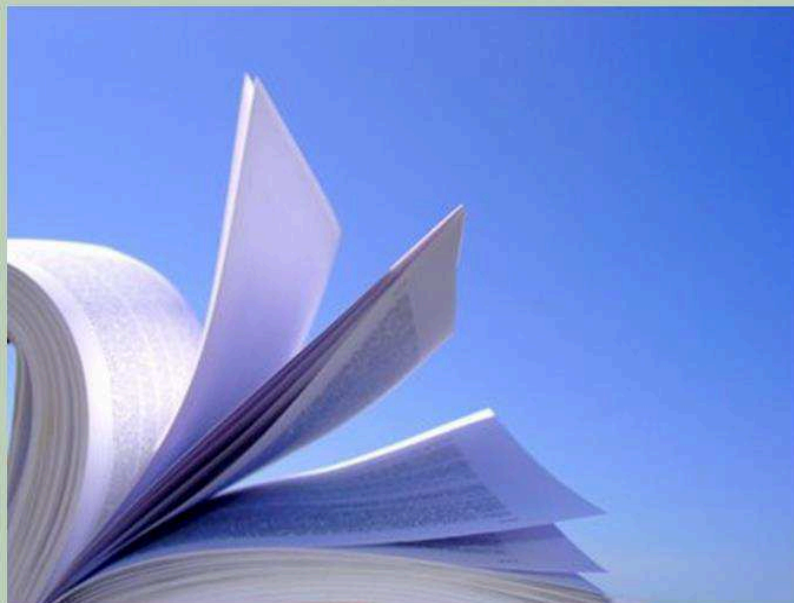


O dom supremo da vida humana

**Pelo simples facto de ser humana, a
pessoa goza de um valor inestimável e
merece todo o respeito.**



A humanidade elaborou códigos que têm como objetivo defender a vida humana e a sua dignidade.



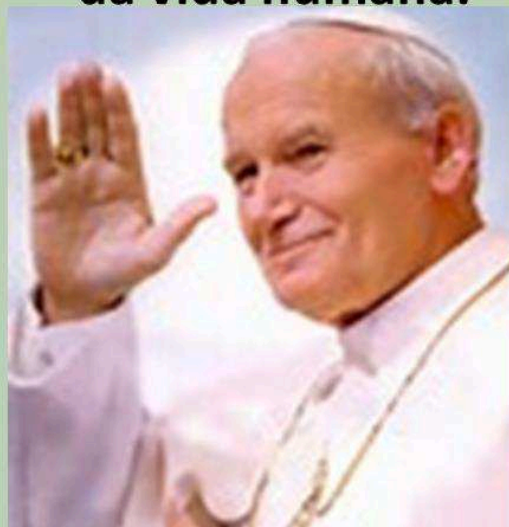
Em cada pessoa deve ser reconhecido o bem e a beleza como ser único e irrepetível.



João Paulo II alertava as pessoas para o inestimável valor da vida humana, a riqueza que cada ser humano significa para o outro e para o mundo.



João Paulo II (eleito Papa em 1979) preocupou-se sempre em refletir, escrever, viajar e falar sobre a dignidade da vida humana.



**Se a vida humana não estiver assegurada
é simplesmente impossível a realização
dos outros valores.**



**A vida humana é o valor primordial e
condição de possibilidade de todos os
outros valores.**



A melhor maneira de agradecer a Deus é cultivar a vida e respeitá-la.



A vida é o primeiro dom de Deus.



Na perspectiva religiosa, Deus é a origem da vida, sendo em Deus que se encontra a plenitude da existência.



A dignidade da pessoa humana é o núcleo essencial dos direitos fundamentais.



A Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu com o objetivo de defender a dignidade da vida humana.



ANEXO 3 (Aula 2)



O VALOR DA VIDA

A vida humana é o **valor primordial**.



**Ainda que não seja um bem absoluto,
por ser humana,
a vida **merece o devido respeito.****



**Cada pessoa transporta consigo
a dignidade da sua pertença
à condição humana.**



Cada humano **“é presença de Deus”**.



A revelação bíblica
mostra-nos a existência humana
como resultado da **bondade divina**.



**A existência humana
é um dom que suscita em nós **gratidão.****



**Para o crente,
a vida não está à inteira disposição
de quem quer que seja,
mas **tem de ser respeitada.****



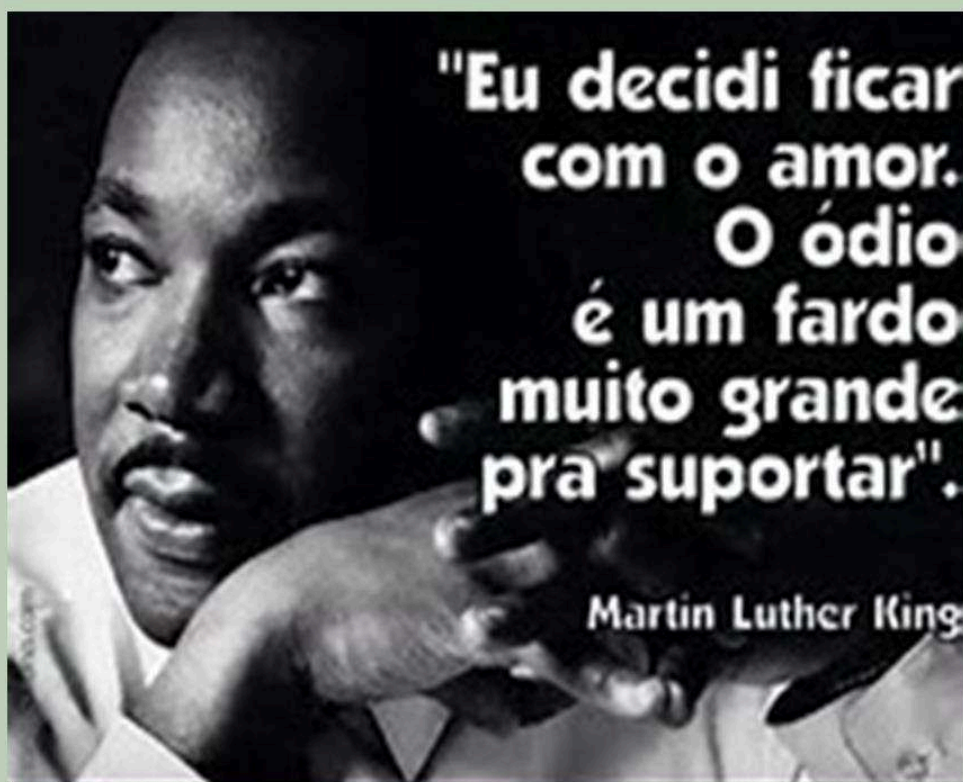
**A vida humana é prévia
a qualquer projeto pessoal,
por isso **ninguém é senhor absoluto
da sua própria vida**
e muito menos da vida dos outros.**

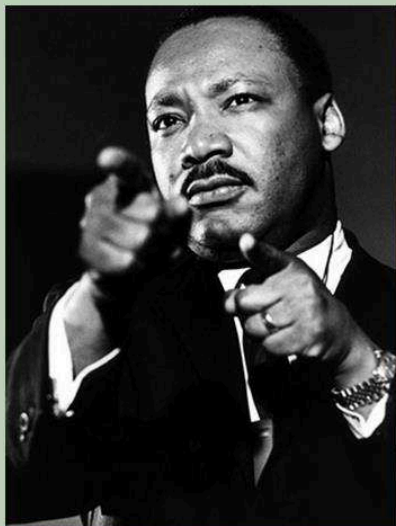


**Ao longo da história,
encontramos vários testemunhos
de pessoas que foram capazes de entregar
a sua própria vida pelos outros.**



Martin Luther King é exemplo de entrega da própria vida em benefício dos outros.





Blog do Eliomar

Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele.

Pouca coisa é necessária para transformar inteiramente uma vida: amor no coração e sorriso nos lábios.

O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons.

Martin Luther King

**Ao apresentar-se como pastor,
Jesus **quer identificar-se** com a vida
e o cuidado de cada pessoa.**



**A figura do Bom Pastor
transporta-nos para a **doação,**
a simplicidade,
o serviço, a proteção total.**



**O bom pastor nunca abandona
as suas ovelhas, tal como Jesus,
que **protege, ama e salva da destruição,**
proporcionando a vida eterna.**



**Ser Bom Pastor é entregar-se a projetos
de amor ao serviço dos outros,
dignificando a vida.**



ANEXO 4 (Aula 2)



ANEXO 5 (Aula 3)

O VALOR DA VIDA GRUPOS EM DESVANTAGEM SOCIAL



Apesar da consciência universal dos direitos humanos, o preconceito e a discriminação existem.



**O preconceito e a discriminação
podem produzir ataques à dignidade
humana.**



**Ideologias racistas e fanatismos
políticos e religiosos continuam a matar
vidas humanas.**



Há crianças e jovens a serem maltratados!



Há idosos a serem maltratados!



Há doentes terminais a serem maltratados!



Há pessoas com necessidades especiais a serem maltratadas!



A vida é um bem inestimável!



Mas a história da humanidade está cheia de atentados à vida humana...



A história da humanidade está repleta de brutais violências contra o ser humano!



Na origem dos atentados à dignidade humana estão atitudes preconceituosas e egoístas



**O preconceito é um juízo preconcebido,
injustificado e irracional.**



**O racismo é uma forma de pensar e de
agir fundada num preconceito.**



**Ser rico ou pobre, europeu ou asiático,
preto ou branco, não retira nem
acrescenta dignidade às pessoas.**



**A xenofobia é a aversão e hostilidade
relativamente a povos estrangeiros.**



O Nazismo foi a ideologia de Adolf Hitler, líder da Alemanha de 1933 a 1945, que defendia a pureza racial do povo alemão.



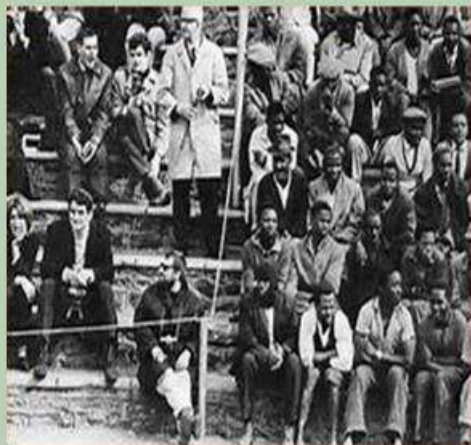
O Nazismo confinou a população judaica a guetos, sujeitou-a à deportação em massa e isolou-a em campos de concentração.



O Apartheid foi o regime que manteve a população da África do Sul sob o domínio de um povo de origem europeia durante 50 anos.



O Apartheid foi um regime político racista. Aos negros, indianos e mestiços eram prestados serviços muito inferiores.



A história da humanidade é testemunha de como o ser humano abusou e abusa do poder e das capacidades que lhe foram confiadas por Deus.



A Igreja sente o dever de, com coragem, dar a voz a quem a não tem.



**A Igreja, através do grito evangélico,
defende os pobres, os ameaçados, os
desprezados e os oprimidos nos seus
direitos humanos.**



**Qualquer forma de discriminação é
contrária à vontade de Deus.**



ANEXO 6 (Aula 3)

Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro

Ano letivo 2016/2017

EMRC

FICHA DE AVALIAÇÃO – DIGNIDADE DA VIDA HUMANA

Nome: _____ N: ____ Ano: ____ Turma: ____

Ao longo destas cinco aulas tens aprendido a reconhecer o dom supremo da vida humana. Cada pessoa vale por si própria e não porque alguém a ama e lhe faz bem, ou porque é respeitada pelos outros.

Lê, com muita atenção, as questões que se seguem e responde com verdadeiro (V) ou falso (F):

1. A sociedade em que vivo dá mais valor ao ter do que ao ser. ____
2. Penso que ainda há pessoas que se sentem inferiores a outras. ____
3. Na verdade, eu considero que não há pessoas inferiores, nem superiores. ____
4. O respeito pelo outro não é importante para que haja reconhecimento da dignidade da vida humana. ____
5. Promovo a dignidade da vida humana se tiver atenção e cuidado com os mais necessitados à minha volta. ____
6. Se denunciar os atentados à vida humana estou a meter-me na vida dos outros. ____
7. Na minha sociedade, ainda há pessoas com deficiência a serem maltratadas. ____
8. A minha forma de pensar é esta: Se eu estiver em silêncio, perante situações abusivas, não me meto em problemas. ____
9. Cada ser humano “é presença de Deus”. ____
10. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que apresenta a vida como um valor primordial, mas violável. ____
11. O valor das nossas vidas reside fundamentalmente no que fazemos ou sabemos. ____
12. Ao apresentar-se como Bom Pastor, Jesus pretende identificar-se com a vida e o cuidado de cada pessoa. ____
13. Ser Bom Pastor é entregar-me somente aos meus projetos individuais e deixar os projetos de amor ao serviço dos outros para quem tem mais tempo do que eu. ____

ANEXO 7 (Aula 4)

Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro

Ano letivo 2016/2017

DIGNIDADE DA VIDA HUMANA

Lê o seguinte texto com muita atenção:

Certo dia, um homem que viajava de carro, de uma localidade para outra, no norte de Portugal, devido ao gelo na estrada, caiu por uma ravina. Conseguiu sobreviver e chegar à estrada, pouco movimentada, para pedir socorro. Decorrida uma hora após o acidente, passou o padre da localidade mais próxima, mas com receio de ser uma cilada, acelerou ainda mais. Depois de mais algum tempo, passou o presidente da junta de uma das freguesias locais, no entanto, ao ver o homem deitado, passou adiante. Mas, um peregrino, que em condições difíceis se deslocava a pé, ao vê-lo, encheu-se de compaixão. Aproximou-se, prestou-lhe os primeiros socorros e chamou imediatamente o INEM pelo seu telemóvel. Acompanhou o acidentado até às urgências e só arredou pé quando a família da vítima chegou.

ANEXO 8 (Aula 5)

A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA EM ATITUDES



Vivemos numa sociedade marcada pelos valores económicos, que atribui maior importância ao ter do que ao ser.

Coisas que o dinheiro não compra:



Cada pessoa vale por si mesma e não porque alguém a ama e lhe quer bem.



É por causa do valor inalienável de cada pessoa que todos têm direito a ser reconhecidos e valorizados.



Os mais vulneráveis, os que se sentem excluídos e aqueles cuja voz não é escutada, deverão ser ajudados por todos nós.



Por isso, a dignidade humana exige a responsabilidade de cada um pelo seu próximo.



A prática dos valores éticos (respeito, tolerância, paciência, solidariedade, carinho, dedicação, diálogo, justiça) é fundamental ao reconhecimento efetivo da dignidade da vida humana.



Fraternidade como centro das escolhas morais.



Empenho pessoal na denúncia dos atentados à vida humana.



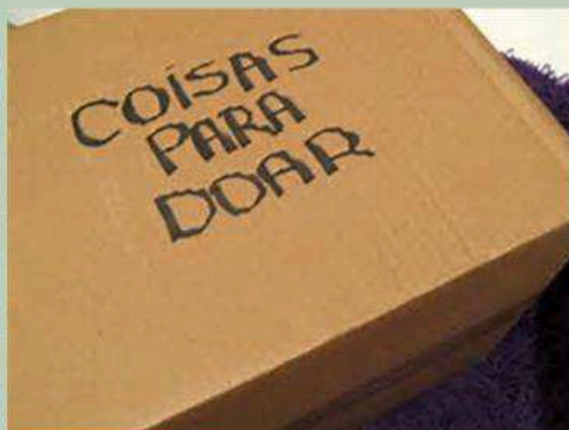
Atenção e cuidado da vida dos mais necessitados.



Participação em grupos e organizações de defesa e promoção da vida.



Agora sei as atitudes que promovem a dignidade da vida...



... e sinto-me desafiado a vivê-las no meu quotidiano!



O amor não tem qualquer espécie de limite!



ANEXO 9 (Aula 5)

Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro

Ano letivo 2016/2017

EMRC

FICHA DE AVALIAÇÃO – DIGNIDADE DA VIDA HUMANA

Nome: _____ N: ____ Ano: ____ Turma: ____

Ao longo destas cinco aulas tens aprendido a reconhecer o dom supremo da vida humana. Cada pessoa vale por si própria e não porque alguém a ama e lhe faz bem, ou porque é respeitada pelos outros.

Lê, com muita atenção, as questões que se seguem e responde com verdadeiro (V) ou falso (F):

1. A sociedade em que vivo dá mais valor ao ter do que ao ser. ____
2. Penso que ainda há pessoas que se sentem inferiores a outras. ____
3. Na verdade, eu considero que não há pessoas inferiores, nem superiores. ____
4. O respeito pelo outro não é importante para que haja reconhecimento da dignidade da vida humana. ____
5. Promovo a dignidade da vida humana se tiver atenção e cuidado com os mais necessitados à minha volta. ____
6. Se denunciar os atentados à vida humana estou a meter-me na vida dos outros. ____
7. Na minha sociedade, ainda há pessoas com deficiência a serem maltratadas. ____
8. A minha forma de pensar é esta: Se eu estiver em silêncio, perante situações abusivas, não me meto em problemas. ____
9. Cada ser humano “é presença de Deus”. ____
10. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que apresenta a vida como um valor primordial, mas violável. ____
11. O valor das nossas vidas reside fundamentalmente no que fazemos ou sabemos. ____
12. Ao apresentar-se como Bom Pastor, Jesus pretende identificar-se com a vida e o cuidado de cada pessoa. ____
13. Ser Bom Pastor é entregar-me somente aos meus projetos individuais e deixar os projetos de amor ao serviço dos outros para quem tem mais tempo do que eu. ____

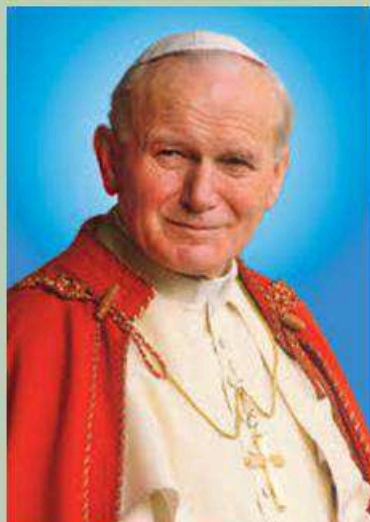
ANEXO 10 (Aula 6)

**“Não pode haver paz verdadeira sem
respeito pela vida”**

João Paulo II



**“Esta frase pode parecer simples, mas afinal
é muito profunda.”**



“Eu concordo com a afirmação de João Paulo II, pois, se todos entendessem que temos a mesma dignidade, grande parte dos conflitos nunca teriam começado.”



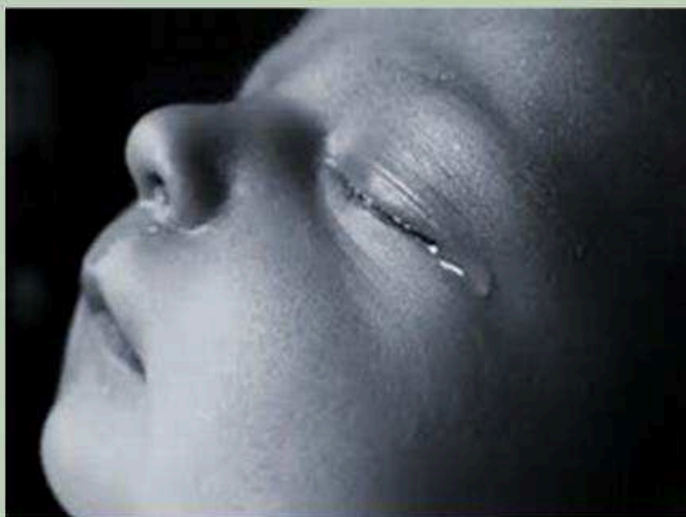
“Ninguém deve ser desrespeitado por ter ideais ou um físico diferente do nosso.”



“Todos devemos ter uma mente aberta o suficiente para entender os outros e respeitá-los, pois esse é o único caminho para a paz mundial.”



“Um grande exemplo de desrespeito à vida humana são os abortos!”



“Apesar de ser um ser vivo ainda a desenvolver-se, é uma dádiva de Deus e ninguém tem o direito de pôr fim ao ciclo da vida.”



“O respeito pela vida humana é essencial para que se possa viver em liberdade e em paz.”



“TODOS somos seres humanos, TODOS somos iguais, TODOS temos o direito à vida.”



“Ainda existem pessoas a serem excluídas, maltratadas e desprezadas, tanto pela sua raça, cor, religião ou por outro motivo e isso é muito preocupante, pois todos devemos ser tratados de forma igual.”



“O respeito pela vida humana é essencial para que todos nos possamos dar bem, sem haver desigualdades.”



“É preciso haver respeito pelos outros, pelas religiões, pela natureza, pelas escolhas, pelas opiniões, pelas variadas orientações.”



“Devemos valorizar a vida como um milagre e não devemos participar ou sequer promover atentados à vida humana, pois enquanto estes estiverem presentes no nosso dia-a-dia, a paz verdadeira é inalcançável.”



“Se não nos soubermos aceitar não conseguiremos manter-nos unidos. Se não nos mantivermos unidos, iremos ficar sozinhos, cheios de inquietações, bem longe da paz verdadeira.”



ANEXO 12 (Aula 6)

